



Diagnóstico e Avaliação de Impactos em Rio Casca – Turismo, Cultura, Esporte e Lazer

Sumário

1	Introdução	10
2	Metodologia	15
2.1	Procedimentos Empregados no Diagnóstico.....	15
2.2	Procedimentos Empregados na Avaliação de Impacto	24
2.3	Procedimentos Empregados na Proposição de Ações de Reparação e Compensação dos Impactos Identificados	24
3	Diagnóstico de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer: Município de Rio Casca	26
3.1	Caracterização geral	26
3.2	Análise Temática	36
3.3	Diagnóstico de comunidades próximas ao rio Doce.....	87
3.4	Clipping de Notícias.....	90
3.5	Textos Acadêmicos	94
4	Síntese - Potencialidades e Fragilidades Observadas	98
4.1	Turismo	98
4.2	Cultura.....	99
4.3	Esporte e Lazer	99
5	Avaliação de Impactos	103
5.1	Metodologia	103
5.2	Resultados	122
6	Créditos e Referências	133
	Entrevistados no município.....	133

Índice de Figuras

Figura 1 Imagem aérea da Lagoa Dom Helvécio, no Parque Estadual do Rio Doce, realizada por meio de drone	21
Figura 2 Exemplo de entrevista realizada com gestores municipais	22
Figura 3 Preenchimento dos questionários junto a pescadores e moradores locais	22
Figura 4 Registro das atividades de pesca ao longo do rio Doce.....	23
Figura 5 Observação in loco dos possíveis impactos incidentes sobre a pesca amadora esportiva	23
Figura 6 Mapa de localização do município de Rio Casca	31
Figura 7 Mapa dos Bens Identificados em Rio Casca	40
Figura 8 Parque de Exposições José Piuzana	58
Figura 9 Elementos constitutivos dos Sistemas de Cultura	63
Figura 10 ARCA Museu	70
Figura 11 ARCA Biblioteca	71
Figura 12 Associação dos Amigos de Rio Casca – ARCA	71
Figura 13 Conjunto de utensílios de uso farmacêutico exposto na Farmácia Coelho Pinto e Gulau Artesanatos	72
Figura 14 Sede da Banda de Música Santa Cecília, criada em 1900.....	73
Figura 15 Maestro Gorazil Romão de Carvalho, já falecido, regendo a Banda Santa Cecília	74
Figura 16 Vovó Joana, personagem típico do carnaval de Rio Casca	74
Figura 17 Cartaz do Festival da Canção, 2015	76
Figura 18 Cartaz da programação do Carnaval 2015.....	76
Figura 19 Coroação de Nossa Senhora, no mês de Maria.....	77

Figura 20 Documentação de Rio Casca entregue ao ICMS Patrimônio Cultural, exercício 2017.....	79
Figura 21 Documentação de Rio Casca entregue ao ICMS Patrimônio Cultural, exercício 2017.....	80
Figura 22 Mapa de comunidades rurais próximas ao Rio Doce em Rio Casca.....	88
Figura 23 rio Doce na altura da comunidade Rochedo	89
Figura 24 Nuvem de termos referente ao clipping de Rio Casca	94
Figura 25 Modelo de Gráfico de Radar	108
Figura 26 Exemplos de gráficos de radar de impactos positivos e negativos.....	109
Figura 27 Classificação da Significância de Impactos.....	110
Figura 28 Localização das comunidades de Córrego Preto e Rochedo, em relação ao rio Doce	126

Índice de Gráficos

Gráfico 1 Valor Adicionado Bruto de Rio Casca	35
Gráfico 2 Impacto na imagem do município	124
Gráfico 3 Impacto econômico sobre o setor de turismo.....	125
Gráfico 4 Impactos sobre Córrego Preto	127
Gráfico 5 Impacto sobre a comunidade de Rochedo.....	129

Índice de Tabelas

Tabela 1 Listagem de formulários do INVTUR	18
Tabela 2 Taxa de urbanização - Rio Casca e Minas Gerais (%).....	28
Tabela 3 Razão de dependência e taxa de envelhecimento - Rio Casca e Minas Gerais ..	29

Tabela 4 IDHM e seus componentes - Rio Casca e Minas Gerais (1991, 2000 e 2010).....	32
Tabela 5 PIB (1.000,00 R\$) de Rio Casca e de Minas Gerais (2010 – 2013)	34
Tabela 6 Número de pessoas ocupadas na semana de referência – Rio Casca e Minas Gerais (2000 e 2010).....	36
Tabela 7 Síntese do inventário de oferta turística – Rio Casca	38
Tabela 8 Meios de hospedagem	49
Tabela 9 Equipamentos de alimentos e bebidas	51
Tabela 10 Serviços de transporte	56
Tabela 11 Locais e Templos de Fé/Edificações	59
Tabela 12 Orçamento municipal – despesas realizadas segundo a função Cultura– Rio Casca (2014-2015).....	67
Tabela 13 Pontuação no ICMS Patrimônio Cultural – Rio Casca (2013-2017)	69
Tabela 14 Valores repassados para o município segundo o critério Patrimônio Cultural – Rio Casca (2014-2016).....	69
Tabela 15 Clipping de notícias do município de Rio Casca.....	90
Tabela 16 Síntese de citações	95
Tabela 17 Lista inicial de impactos advindos do rompimento da barragem de Fundão	104
Tabela 18 Modelo planilha de Identificação dos impactos ambientais	106
Tabela 19 Planilha de Identificação dos Impactos Ambientais	130
Tabela 20 Listagem de participantes de reunião institucional em Rio Casca	133
Tabela 21 Equipe Técnica	133

LISTA DE SIGLAS

CEFART: Centro de Formação Artística da Fundação Clóvis Salgado

CEI: Centro de Estatística e Informações

CODEMA: Conselho de Defesa do Meio Ambiente

CONAC: Coordenação de Contas Nacionais

COMTUR: Conselho Municipal de Turismo

CME: Conselho Municipal de Esportes

CNTUR: Conselho Nacional de Turismo

CND: Conselho Nacional do Desporto

CNPC: Conselho Nacional de Política Cultural

CT: Circuitos Turísticos

EMATER: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRATUR: Empresa Brasileira de Turismo

FAOP: Fundação de Arte de Ouro Preto

FEC: Fundo Estadual de Cultura

FJP: Fundação João Pinheiro

FIEMG: Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais

FNC: Fundo Nacional da Cultura

FORNATUR: Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo

FUMTUR: Fundo Municipal de Turismo

FUNGETUR: Fundo Geral do Turismo

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IDHM: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IEF: Instituto Estadual de Florestas

IMRS: Índice Mineiro de Responsabilidade Social

IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPTU: Imposto Predial e Territorial Urbano

ISSQN: Impostos Sobre Serviços de Qualquer Natureza

MAB: Movimento dos Atingidos por Barragens

MTur: Ministério do Turismo

PAA: Programa de Aquisição de Alimentos

PEC: Plano Estadual de Cultura

PEDST: Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável do Turismo em Minas Gerais

PMDI: Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado

PNMT: Plano Nacional de Municipalização do Turismo

PMT: Plano Municipal de Turismo

PNT: Plano Nacional de Turismo

PNC: Plano Nacional de Cultura

PNCV: Política Nacional Cultura Viva

PNLL: Plano Nacional de Livro e Leitura

PRT: Programa de Regionalização do Turismo

PRONAC: Programa Nacional de Apoio à Cultura

PRONATEC: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

SEC: Secretaria de Estado de Cultura

SEESP: Secretaria de Estado de Esportes

SETUR: Secretaria de Estado de Turismo

SNC: Sistema Nacional de Cultura

SNIC: Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais

SNT: Sistema Nacional de Turismo

TCC: Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura, e o Termo de Compromisso Cultural

TCE: Tribunal de Contas do Estado

TURMINAS: Empresa Mineira de Turismo

UEMG: Universidade Estadual de Minas Gerais

UFJF: Universidade Federal de Juiz de Fora

UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais

UFES: Universidade Federal do Espírito Santo

UHE: Usina Hidroelétrica

UTRAMIG: Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais



Introdução

1 Introdução

Este documento apresenta o diagnóstico e a avaliação de impactos sobre os aspectos de cultura, esporte, lazer e turismo relativos ao município de Rio Casca, decorrentes do rompimento da barragem de Fundão, em 05/11/2015, fato doravante denominado Evento.

A definição do escopo e dos procedimentos empregados na elaboração do diagnóstico e da avaliação de impactos foi procedida em consonância com o que estabelece o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta – TTAC, de 02 de março de 2016, acerca do Programa de Apoio ao Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, de cunho reparatório¹ e compensatório², na subseção III.3, cláusulas 101 a 105.

Face à complexidade e diversidade dos temas a serem abordados e à necessidade de cumprir o objetivo proposto com o máximo de fluidez de leitura possível, optou-se por dividir este documento em cinco partes, assim organizadas:

- Parte I: Metodologia;
- Parte II: Diagnóstico do Município;
- Parte III: Síntese;
- Parte IV: Avaliação de Impactos do Evento;
- Parte V: Créditos e Referências.

A primeira parte é destinada à apresentação dos procedimentos e instrumentos metodológicos empregados no desenvolvimento de todas as etapas do processo de trabalho: planejamento; levantamento de dados primários e secundários; sistematização e análise de dados para fins de diagnóstico, avaliação de impactos e proposição das ações e

1 Compreendem medidas e ações de cunho reparatório que têm por objetivo mitigar, remediar e/ou reparar impactos socioambientais e socioeconômicos advindos do EVENTO.

2 Compreendem medidas e ações que visam a compensar impactos não mitigáveis ou não reparáveis advindos do EVENTO, por meio da melhoria das condições socioambientais e socioeconômicas das áreas impactadas, cuja reparação não seja possível ou viável, nos termos dos PROGRAMAS.

medidas de reparação e compensação dos impactos identificados nas dimensões da cultura, turismo, e esporte e lazer.

A segunda parte se refere ao objetivo primeiro deste trabalho que é o de apresentar a atual situação dos municípios em relação aos aspectos da cultura, turismo, esporte e lazer. As informações apresentadas são o resultado da compilação de dados obtidos por meio de diferentes estratégias e procedimentos de pesquisa e buscam dar a conhecer o status atual da situação dessas áreas, com suas potencialidades e fragilidades. De maneira particular, este diagnóstico apresenta as condições atualmente vividas pelo município em função do Evento e as atividades já em desenvolvimento para sua mitigação, bem como aquelas que ainda são necessárias iniciar.

Ressalta-se que na etapa de diagnóstico procedeu-se com a atualização do Inventário de Oferta Turística do município, realizado em 2014, tendo sido necessário, portanto, validar e atualizar os dados e informações disponíveis.

Um aspecto importante a mencionar é o fato de que a pesca amadora foi incluída neste diagnóstico, na dimensão lazer. Sendo assim, há um volume específico para a pesca amadora que apresenta o diagnóstico dos 32 municípios conjuntamente.

Cabe fazer menção aqui ao fato de que não se pretendeu neste trabalho realizar um aprofundado diagnóstico de caráter socioeconômico, tendo em vista que este produto já foi previamente elaborado por consultoria contratada pela Samarco S/A. O referido diagnóstico³, inclusive, foi utilizado como referência para o trabalho ora apresentado. Nessa medida, os dados socioeconômicos de Rio Casca aqui expostos são aqueles que auxiliam na análise de fragilidades e potencialidades municipais relativas aos temas de cultura, esporte, lazer e turismo e, ainda, aqueles que dão suporte à avaliação de impactos do Evento sobre o município, no tocante a estas disciplinas.

A terceira parte do trabalho consiste em uma síntese do diagnóstico das áreas de turismo, cultura, esporte e lazer.

³ Diagnóstico Socioeconômico, Município de Rio Casca/MG, elaborado pela Práxis Projetos e Consultoria.

A quarta parte trata da avaliação de impactos decorrentes do Evento sobre o município de Rio Casca. A qualidade da etapa de Identificação e Avaliação dos Impactos Ambientais (AIA) é de fundamental importância para que a Fundação Renova possa atuar de maneira efetiva na mitigação dos impactos ambientais decorridos do Evento, bem como trabalhar na potencialização de impactos positivos que eventualmente tenham ocorrido em função deste. Nesse sentido, a equipe da Expressão Socioambiental dedicou-se a adaptar metodologias já consagradas nos Estudos de Impacto Ambiental, as quais tomam como referência a Resolução CONAMA 01/86. Além disso, todos os tratados e parâmetros internacionais de garantia de qualidade de vida e direitos foram também levados em consideração.

A AIA somente pode ser realizada de forma coerente e tecnicamente adequada de posse de duas peças anteriores muito importantes: a descrição do Evento e suas consequências e o diagnóstico atual da área. Todo o processo de AIA se baseará nestas informações, tendo em vista que alguns impactos vivenciados pela população nos aspectos culturais, de esporte, lazer e turismo possam ter sido mitigados durante os meses subsequentes à sua ocorrência.

A quinta parte do relatório aborda a apresentação das referências utilizadas para a elaboração deste documento e os créditos.

Salienta-se, que embora as análises versem sobre distintas dimensões da realidade social e das políticas públicas – cultura, turismo, esporte e lazer –, com suas especificidades, buscou-se conferir às mesmas uma perspectiva integrada.

Por fim, cumpre destacar que este relatório soma-se a um estudo mais abrangente, composto em sua totalidade pelo diagnóstico e Inventário da Oferta Turística (INVTUR) de 32 municípios contíguos ao rio Doce e ainda por outros cinco volumes, sendo eles Diagnóstico da Pesca Esportiva e Amadora; Documento de Políticas Públicas de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer em Nível Federal e Estadual; Perfil Municipal de Turismo, Cultura,

Esporte e Lazer de cada um dos 32 municípios; Compilado Cartográfico⁴; e Síntese dos Diagnósticos. Haverá, ainda, um vídeo com a apresentação dos principais resultados deste trabalho.

⁴ Os mapas apresentados neste relatório são meramente ilustrativos, visto que a redução de seu tamanho original não possibilita a leitura. Os mapas em tamanho compatível com a escala serão apresentados no volume: Compilado Cartográfico.



Metodologia

2 Metodologia

A definição dos procedimentos e instrumentos metodológicos aqui empregados observou as premissas que encerram a produção técnico-científica, os princípios e normativas instituídos pelos órgãos nacionais que regem processos de elaboração de diagnósticos para subsídio à avaliação de impactos socioambientais e a decorrente proposição de medidas de mitigação, reparação e compensação de tais impactos. De modo específico, observou o que estabelece o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta – TTAC, de 02 de março de 2016, acerca do Programa de Apoio ao Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, de cunho reparatório e compensatório, na subseção III.3, cláusulas 101 a 105.

Foram propostos procedimentos e instrumentos para cada uma das etapas do processo de trabalho desenvolvido, a saber: o diagnóstico sobre os temas cultura, turismo, esporte e lazer relativos a 32 municípios da bacia do rio Doce, em Minas Gerais; a avaliação dos impactos socioambientais e a correlata proposição de ações e medidas de reparação e compensação.

Face à complexidade das expressões dos impactos decorrentes do Evento sobre a dinâmica sociocultural e econômica⁵ da área de abrangência do estudo, propôs-se distinguir duas territorialidades de análise: (i) os 32 municípios que integram a bacia do rio Doce e, por conseguinte, o escopo do estudo; e (ii) as comunidades lindeiras ao rio, por isso, mais susceptíveis aos impactos.

2.1 Procedimentos Empregados no Diagnóstico

A elaboração do diagnóstico teve início com o levantamento de dados e informações secundárias em sítios governamentais de âmbito municipal, estadual e federal, bem como em bancos de dados e estudos de instituições de pesquisa. Dentre as principais fontes pesquisadas, tem-se:

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;

⁵ Não foram incorporados os efeitos inflacionários ao longo dos anos nos valores expressos neste relatório.

- Fundação João Pinheiro;
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA;
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD;
- Secretarias de Estado de Turismo, de Cultura e de Esportes de Minas Gerais;
- Ministério de Turismo;
- Ministério da Cultura;
- Ministério do Esporte;
- Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA;
- Fundação Renova;
- Práxis Projetos e Consultoria – Diagnóstico socioeconômico realizado para a Samarco.

Os dados e informações levantados foram sistematizados em banco de dados, a partir do quais geraram-se gráficos e tabelas para subsidio às análises preliminares acerca dos aspectos a serem estudados.

O segundo momento foi dedicado à construção dos instrumentos de coleta de dados primários. Para tanto, tomou-se como ponto de partida e referência o modelo do Inventário da Oferta Turística – INVTUR, primeiro produto a ser gerado para cada um dos 32 municípios da área de abrangência deste trabalho, em atendimento ao TTAC e ao Termo de Referência. O INVTUR, proposto pelo Ministério do Turismo, é composto por formulários agrupados em três grandes eixos: infraestrutura de apoio ao turismo; serviços e equipamentos turísticos; e atrativos turísticos. Na metodologia proposta pelo Ministério do Turismo há uma recomendação de que o inventário seja realizado em parceria com instituições de ensino superior de turismo ou cursos afins. Em consonância com tal recomendação, a Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos realizou contrato de prestação de serviços de natureza técnico-científica com a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) de maneira a incluir em sua equipe docentes do Departamento de Turismo, bem como pesquisadores.

Face à amplitude do escopo do estudo, que contempla, além do turismo, as dimensões cultura e esporte e lazer, fez-se necessário construir instrumentos de levantamento de dados complementares, a serem utilizados em entrevistas com gestores públicos, integrantes dos conselhos de políticas setoriais, representantes de instituições de interesse público, que atuam em áreas correlatas ao escopo do estudo, e lideranças comunitárias. Salienta-se que,

com os instrumentos complementares, buscou-se abarcar questões não contempladas nos formulários do INVTUR, bem como contribuir para o levantamento de dados e informações que possibilitem cotejar os impactos decorrentes do Evento. O INVTUR proporciona o conhecimento do setor turístico, auxiliando na divulgação, utilização e elaboração de possíveis propostas de conservação e/ou reparação dos aspectos e pontos inventariados.

Tomou-se como referência a plataforma online do INVTUR, por ainda ser disponibilizada no site da Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais. Para acesso à referida plataforma, a SETUR/MG concedeu uma senha de teste, por meio da qual foi possível identificar e selecionar as informações a serem levantadas neste estudo, observando os itens de preenchimento obrigatório. Os formulários então elaborados foram inseridos em um aplicativo denominado *TapSee*, instalado em *tablets* utilizados pelos pesquisadores em campo. Os pesquisadores foram capacitados a utilizarem o referido aplicativo, em conformidade com os Manuais A, B e C do INVTUR, disponibilizados no site do Ministério do Turismo. Em tais Manuais é possível obter informações sobre todas as questões constantes nos formulários.

O levantamento de dados preliminar possibilitou constatar que metade dos 32 municípios dispõem de INVTUR, em geral, por integrarem circuitos turísticos, cuja adesão é condicionada à realização de inventário turístico local. Por conseguinte, foram estabelecidas distintas estratégias de levantamento de dados. Nos municípios que possuem INVTUR, o procedimento adotado foi o de atualizá-lo e validá-lo em posse de informações já disponibilizadas no *TapSee*. Nos municípios que não possuem inventário turístico, este foi realizado. Para tanto, foram utilizados diferentes procedimentos de preenchimento dos formulários, segundo a sua natureza.

A seguir, apresenta-se a Tabela 1, na qual constam o tipo de formulário, informações constantes em cada um deles para serem levantadas e os procedimentos adotados para obter tais informações.

Tabela 1 Listagem de formulários do INVTUR

INVTUR	Tipo de informação	Como obter a informação
Formulário A1	Características Gerais	Fontes secundárias e validação com representante sugerido no contato institucional
Formulário A.2.2	Acesso	Fontes secundárias e a condição pode ser percebida em campo
Formulário A4	Serviços de Segurança	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Formulário A7	Outros Serviços	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Módulo B (Formulários B1, B2, B3, B4, B5, B6 e B7)	Serviços e equipamentos turísticos	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Módulo C	Atrativos turísticos	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Formulário de Eventos	Eventos	Fontes secundárias e validação em campo
Formulário de Gastronomia	Gastronomia	Fontes secundárias e validação em campo

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A análise dos formulários do INVTUR foi cuidadosamente procedida, observando a necessidade de se levantarem dados para a elaboração dos diagnósticos municipais de turismo, cultura, esportes e lazer, tanto nas sedes dos municípios, quanto nas comunidades impactadas pelo Evento. Temas importantes para as análises e não contemplados no INVTUR motivaram a elaboração de novos instrumentos de coleta para preencher essas lacunas. Tal como previsto no TTAC, planejou-se a busca de informações referentes aos três segmentos: (i) institucionalidade e recursos, (ii) infraestrutura e equipamentos, (iii) programas, projetos e práticas.

Dessa forma, além da realização de pesquisa em fontes de dados secundárias para subsidiar o estudo das temáticas definidas, foram elaborados os seguintes questionários complementares:

- Questionário Complementar Partes I e II – Cultura;
- Questionário Complementar Partes I e II – Turismo;
- Questionário Complementar Partes I e II – Esportes e Lazer;
- Questionário Complementar Relacionamento Samarco/Prefeitura.

Os questionários complementares foram estruturados em blocos. Os três questionários complementares Parte I tratam da gestão municipal de cada política pública em estudo. Os outros três abordam, para cada tema de estudo, aspectos relativos ao desenvolvimento econômico e social, gestão financeira, capital social e, especificamente, para a área da cultura: a produção cultural, os equipamentos culturais, os meios de comunicação e o calendário cultural. Esses questionários foram destinados à aplicação junto a gestores e técnicos das gestões públicas municipais, responsáveis pelas políticas de cultura, turismo, esportes e lazer. O quarto questionário complementar tem por objetivo subsidiar a avaliação do relacionamento institucional do município com a Samarco, após o Evento, sendo por isso proposto ao Prefeito Municipal ou a um representante por ele indicado.

Para subsidiar a Avaliação de Impactos foram propostos procedimentos e elaborados instrumentos específicos de levantamento de dados. Os procedimentos específicos consistiram em: pesquisa documental de estudos técnico-científicos sobre o Evento e seus impactos; observação in loco com registro de dados e informações por meio de fotografias, filmagens e coordenadas geográficas, para fins de elaboração de mapas e outros recursos de documentação e análise; aplicação de questionários estruturados de avaliação de impactos junto a gestores públicos, integrantes de conselhos de políticas setoriais correlatas aos temas em estudo; representantes de instituições públicas e lideranças comunitárias. Foram três os questionários elaborados:

- Avaliação de Impacto no Setor Cultura;
- Avaliação de Impacto no Setor Turismo;
- Avaliação de Impacto no Setor Esportes e Lazer.

Os questionários foram aplicados e sistematizados por meio da ferramenta digital de *survey* operacionalizada pelo aplicativo *TapSee*, que permite o armazenamento, a organização e a padronização da coleta de dados, imagens e localização⁶. O aplicativo favorece o preenchimento digital e a integração de dados diretamente no banco de dados da pesquisa, facilitando a aplicação dos questionários e a sistematização da informação.

Com o objetivo de orientar o diálogo com moradores das comunidades diretamente atingidas pelo Evento, sejam eles lideranças, comunitárias ou não, comerciantes, representantes de associações e grupos diversos, foi elaborado um Roteiro de Entrevistas.

Também foi proposto trabalho de campo com vistas ao registro do impacto físico ao longo do rio, decorrente do Evento, por meio de ferramenta de georreferenciamento. Para tanto, utilizou-se como recurso um sobrevoo de drone, a fim de produzir imagens que registrassem o status atual do impacto em pontos específicos a partir da indicação dos entrevistados e com a observação dos técnicos envolvidos no diagnóstico.

⁶ O TapSee permite a criação de *survey*, com questões abertas e fechadas, para a aplicação em campo. Tem recursos para incluir variáveis numéricas, ícone para inserção de datas, armazenamento de fotos e de coordenadas GPS, gravações, além de separar as informações por página e as questões por blocos de assuntos.



Figura 1 Imagem aérea da Lagoa Dom Helvécio, no Parque Estadual do Rio Doce, realizada por meio de drone

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Em atendimento ao TTAC, que prevê de maneira explícita, a partir da avaliação de impactos, o desenvolvimento de ações de desenvolvimento e de recuperação da pesca esportiva/amadora para a bacia hidrográfica, especialistas da equipe elaboraram o Roteiro da Pesca Amadora Esportiva. Esse roteiro foi adotado como instrumento de orientação dos diálogos com ribeirinhos e comerciantes de lojas que vendem artigos de pesca nos municípios visitados.

Definidos os procedimentos metodológicos e elaborados os instrumentos de pesquisa, foi realizado trabalho de campo para levantamento de dados sobre aspectos atinentes à cultura, esporte, lazer e turismo, bem como sobre as atividades de pesca amadora/esportiva. De maneira geral, as atividades de campo tiveram três linhas de atuação: (i) contatos institucionais com gestores e conselheiros públicos para levantamento de dados por meio da aplicação de questionários estruturados, necessários ao balizamento das análises de diagnóstico e de avaliação dos impactos causados pelo Evento; (ii) atualização ou realização do INVTUR; (iii) levantamento de dados em localidades diretamente afetadas nas margens do rio e junto a pescadores amadores/esportivos e pessoas ligadas a essa atividade, por meio da aplicação de questionário, registro fotográfico e de coordenadas geográficas.



Figura 2 Exemplo de entrevista realizada com gestores municipais

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Com relação à pesca amadora/esportiva foram aplicados questionários junto a pescadores, moradores locais e ribeirinhos, que tinham a pesca como fonte de lazer e/ou turismo. Além dos específicos aos pescadores, foram aplicados questionários às atividades de comércio que tinham envolvimento direto com a pesca, a exemplo de lojas que comercializam produtos voltados à pesca, como caniços, linhas, anzóis, iscas e afins.



Figura 3 Preenchimento dos questionários junto a pescadores e moradores locais

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Além dos questionários foram observados in loco as atividades de pesca, tendo sido documentados todos os possíveis impactos incidentes sobre a pesca amadora/esportiva.



Figura 4 Registro das atividades de pesca ao longo do rio Doce

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016



Figura 5 Observação in loco dos possíveis impactos incidentes sobre a pesca amadora esportiva

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Por fim, no sentido de garantir uma eficiente e detalhada apresentação dos resultados do trabalho foram utilizados recursos como mapas, tabelas, gráficos e fotos.

2.2 Procedimentos Empregados na Avaliação de Impacto

Os procedimentos adotados para a avaliação de impactos serão apresentados no capítulo referente ao tema.

2.3 Procedimentos Empregados na Proposição de Ações de Reparação e Compensação dos Impactos Identificados

Os procedimentos empregados na proposição de Ações de Reparação e Compensação dos Impactos Identificados serão expostos em volume a parte dedicado a este tema.



Diagnóstico

3 Diagnóstico de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer: Município de Rio Casca

3.1 Caracterização Geral

3.1.1 Histórico de Ocupação do Município

Francisco Ferreira Maciel Laia, em 1826, desbravou a mata às margens do rio Casca, local no qual viria a se estabelecer. Já no ano de 1837, vendeu o direito de posse e propriedade a Ângelo Vieira de Souza. Este, nos anos seguintes, continuou adquirindo terras na região e, com o passar do tempo, construiu uma capela e um cemitério (IBGE, 2016).

Durante um período, o arraial ali formado foi denominado Bicudos, devido ao nariz proeminente de Ângelo de Souza e de seus descendentes. A cidade recebeu o seu atual nome, Rio Casca, em decorrência do rio de mesmo nome que abastece a localidade (IBGE, 2016).

O distrito de Nossa Senhora da Conceição do Casca foi criado pela Lei Provincial nº 867, em 14 de maio de 1858, sendo confirmado pela Lei Estadual nº 2, de 14 de setembro de 1891. Com a Lei Estadual nº 556, de 30 de agosto de 1911, o distrito passou a ser chamado de Rio Casca, sendo criado, a partir do desmembramento de Ponte Nova, o município de Rio Casca (IBGE, 2016).

A instalação oficial do município se deu em 1º de junho de 1912, sendo composto por três distritos: Rio Casca, São Pedro dos Ferros e São Sebastião de Entre Rios. Já a Lei Estadual nº 663, de 18 de setembro de 1915, conferiu status de município a Rio Casca (IBGE, 2016).

A partir da Lei Estadual nº 843, de 7 de setembro de 1923, Rio Casca perdeu seu distrito de São Sebastião de Entre Rios, sendo renomeado Matipó. Tal alteração foi realizada apenas com a condição de Rio Casca receber Santo Antônio do Grama, que pertencia à cidade de Abre Campo. Rio Casca também passa a ter em seu território o distrito de Jurumirim (IBGE, 2016).

Dessa forma, na nova divisão, proporcionada pela Lei nº 843, Rio Casca passa a ter quatro distritos: distrito sede, Jurumirim, Santo Antônio do Gama e São Pedro dos Ferros. Porém,

em 1943, através do Decreto-Lei estadual nº 1.058, São Pedro dos Ferros se emancipa. Já no período de 1954-1958, Santo Antônio do Gramma também se emancipa (IBGE, 2016).

3.1.2 Aspectos Geográficos: Área e Temperatura

A área na qual Rio Casca está situado corresponde a 385,09 Km², pertencendo à Mesorregião da Zona da Mata e à Microrregião de Ponte Nova (ATLAS BRASIL, 2016). Sua temperatura média anual é de 24° C.

Seus municípios limítrofes são: Abre Campo, Urucânia, Sem-Peixe, Ponte Nova, São Domingos do Prata, Santo Antônio do Gramma, São Pedro dos Ferros, São José do Goiabal, Piedade de Ponte Nova e Santa Cruz do Escalvado. O único distrito de Rio Casca é Jurumirim (IBGE, 2016; MINAS GERAIS, 2016).

3.1.3 Aspectos Demográficos

De acordo com o IBGE, a população de Rio Casca em 2016 era de 14.187 mil habitantes e sua densidade demográfica de 36,87 habitantes por km² (ATLAS BRASIL, 2016; IBGE, 2016).

No período de 1991 a 2000, a taxa média anual de crescimento da população de Rio Casca foi de -0,08%, enquanto a de Minas Gerais foi de 1,43%. Entre 2000 e 2010, a população do município registrou -0,72%. Se comparada à taxa de crescimento populacional estadual para o mesmo período (0,91%), observa-se diferença acentuada (ATLAS BRASIL, 2016).

A taxa de urbanização do município, que era de 75,21%, em 2000, ascendeu em 10 anos, passando para 79,81%, em 2010. Valor mais elevado pode ser observado em Minas Gerais, uma vez que a taxa de urbanização para o mesmo período passou de 82% para 85,29% (ATLAS BRASIL, 2016).

Tabela 2 Taxa de urbanização - Rio Casca e Minas Gerais (%)

		1991	2000	2010
Rio Casca	População urbana	67,87	75,21	79,81
	População rural	32,13	24,79	20,19
Minas Gerais	População urbana	74,87	82	85,29
	População rural	25,13	18	14,71

Fonte: Atlas Brasil, 2016

Quanto ao gênero, em 2010 a população de Rio Casca era composta por 48,22% de homens e 51,78% por mulheres. Já em Minas Gerais, a composição para o mesmo ano foi de 49,2% e 50,8%, respectivamente, não observando-se, portanto, diferenças significativas (ATLAS BRASIL, 2016).

Em relação à escolaridade da população de Rio Casca, é possível destacar uma evolução nas últimas duas décadas, havendo redução do número de habitantes, acima de 25 anos, que são analfabetos ou possuem apenas fundamental incompleto (de 28,1%, em 1991, para 13,8%, em 2010) (ATLAS BRASIL, 2016).

O percentual de habitantes que completaram o ensino médio, ou mesmo têm superior incompleto (6,8%, em 1991, para 14,8%, em 2010), por sua vez, é inferior ao encontrado em Minas Gerais (10,8%, em 1991, para 21,7%, em 2010). Ademais, observa-se que, em 2010, somente 5,5% da população de Rio Casca possuía ensino superior completo frente a 10,6% no estado (ATLAS BRASIL, 2016).

Dessa forma, é possível constatar que as gerações mais jovens de Rio Casca possuem maior escolaridade. Destaca-se, porém, que o percentual da população que completou mais anos de estudo apresenta diferenças expressivas em relação à média dos municípios mineiros.

Naquilo que se refere à razão de dependência e à taxa de envelhecimento⁷, observa-se que em Rio Casca, no ano 2000, a razão de dependência foi de 59,76%, enquanto, em 2010, registrou-se o valor de 50,04%. Já em Minas Gerais, registraram-se, no mesmo período, os valores de 54,94% e 45,92%. Quanto à taxa de envelhecimento, verifica-se que, em 2010, a do município foi de 10,12% frente a 7,36% do estado (ATLAS BRASIL, 2016).

Tabela 3 Razão de dependência e taxa de envelhecimento - Rio Casca e Minas Gerais

		1991	2000	2010
Rio Casca	Razão de dependência	73,03%	59,76%	50,04%
	Taxa de envelhecimento	6,3%	8,18%	10,12%
Minas Gerais	Razão de dependência	65,43%	54,94%	45,92%
	Taxa de envelhecimento	4,83%	5,83%	7,36%

Fonte: Atlas Brasil, 2016

Identificam-se, assim, diferenças significativas entre os valores atribuídos a Rio Casca e o estado, tanto naquilo que se refere à razão de dependência, quanto à taxa de envelhecimento.

3.1.4 Infraestrutura Viária, de Transportes e Comunicação

O principal acesso a Rio Casca se dá pela via terrestre.

⁷ A taxa de dependência se trata da razão entre a população dependente – com menos de 15 anos e de 65 anos ou mais – e a economicamente ativa – entre 15 e 64 anos. A taxa de envelhecimento, por sua vez, refere-se à razão existente entre a parcela da população que possui 65 anos ou mais frente ao total populacional.

Rio Casca é atendida pela BR-262, situando-se a 201 Km de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, e encontrando-se próximo a cidades como Ponte Nova (41 Km) e Caratinga (100 Km). O distrito de Jurumirim, por sua vez, pode ser acessado por estradas vicinais, de terra, o que se estende a outras regiões rurais do entorno. O transporte intermunicipal é realizado principalmente pelas empresas Viação Raulsoarense e Pássaro Verde (MINAS GERAIS, 2016; PRÁXIS, 2016).

Já o acesso ao meio ferroviário se dá por meio de estação ferroviária da Estrada de Ferro Vitória a Minas, que localiza-se em Ipatinga. Quanto ao transporte aéreo, o Aeroporto da USIMINAS, também em Ipatinga, constitui-se na opção mais próxima (PRÁXIS, 2016).

Sobre os meios de comunicação, verifica-se que Rio Casca conta com as empresas Oi, Tim, Vivo e Claro como as principais operadoras de serviços de telefonia e internet móveis. O município possui duas emissoras de rádio.

A Figura 6 a seguir aponta a localização e as principais vias de acesso ao município de Rio Casca.

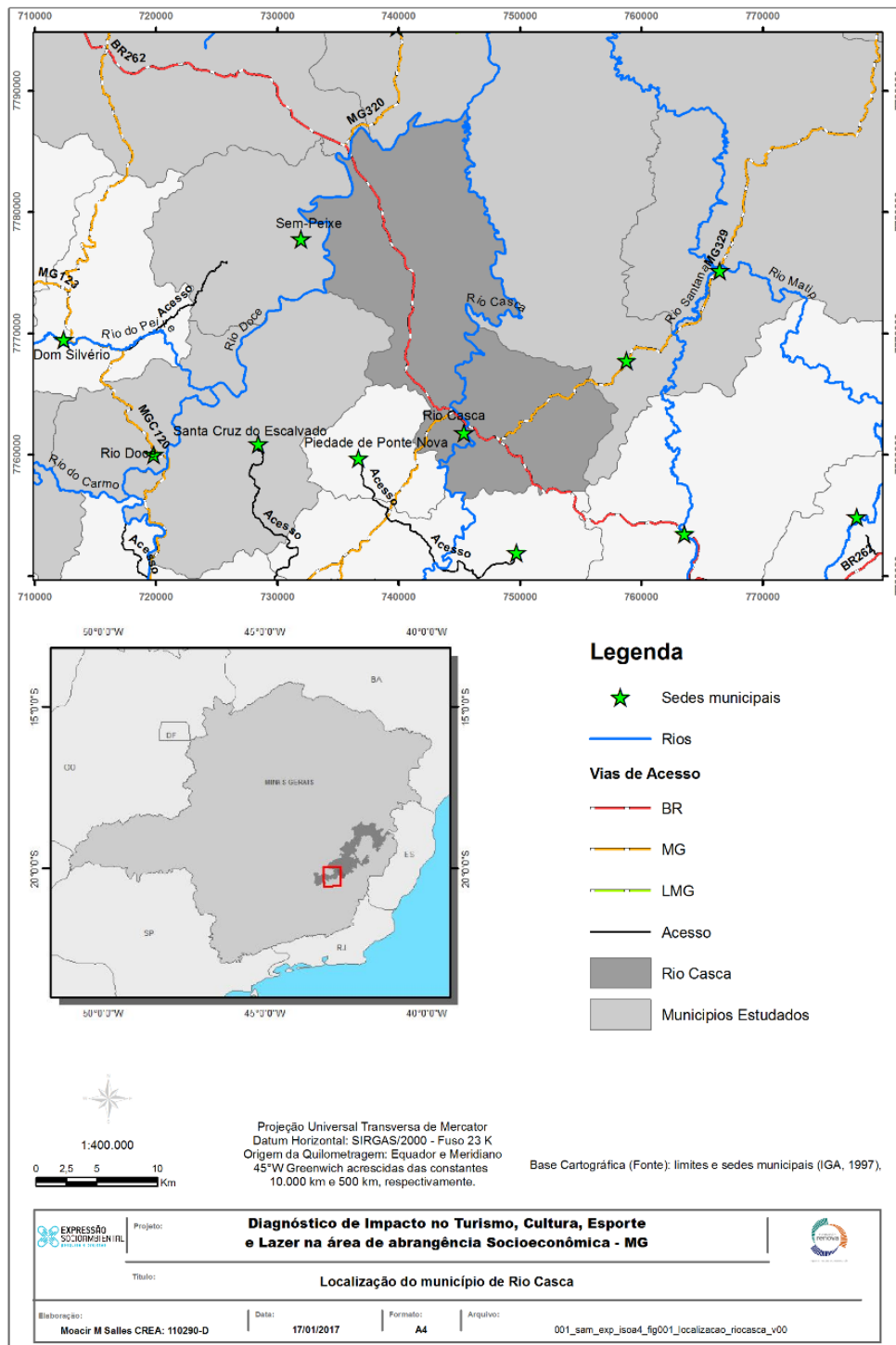


Figura 6 Mapa de localização do município de Rio Casca

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

3.1.5 Desenvolvimento Humano: IDH

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) foi estabelecido com o objetivo de mensurar o desenvolvimento de municípios, estados e países a partir de critérios outros que não somente aqueles associados ao desenvolvimento econômico. Parte-se da ideia de que a melhoria das condições de vida deve ser analisada a partir de outros parâmetros que não somente a via econômica e que diferentes esferas da vida humana possuem interconexão direta entre si e influenciam o processo de desenvolvimento local. Nessa medida, o IDH abarca três importantes dimensões, a saber: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1, sendo nenhum desenvolvimento humano e desenvolvimento humano total, respectivamente. Nesta escala, valores de IDH até 0,499 são considerados de desenvolvimento humano muito baixo, entre 0,500 e 0,599 são avaliados como baixo, entre 0,600 a 0,699 como médio, entre 0,700 e 0,799 alto e os com IDH maior que 0,800 são considerados desenvolvimento humano considerado muito alto.

Cabe ressaltar que no ano de 2010, a metodologia do IDH Global foi alterada, afetando, por sua vez, a composição do IDHM. Também foram realizadas mudanças no indicador para contemplar de maneira mais fidedigna o contexto das cidades brasileiras (ATLAS BRASIL, 2016).

Em relação ao IDHM de Rio Casca, observa-se uma evolução do indicador no período de 1991 a 2010. Houve aumento de 0,247 do IDHM total, 0,156 do IDHM longevidade, 0,102 no IDHM renda e 0,338 no IDHM educação (ATLAS BRASIL, 2016).

Tabela 4 IDHM e seus componentes - Rio Casca e Minas Gerais (1991, 2000 e 2010)

Localidade	IDHM			IDHM Longevidade			IDHM Renda			IDHM Educação		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Rio Casca	0,403	0,538	0,650	0,657	0,724	0,813	0,549	0,616	0,651	0,181	0,350	0,519
Minas Gerais	0,478	0,624	0,731	0,689	0,759	0,838	0,618	0,680	0,730	0,257	0,470	0,638

Fonte: Atlas Brasil, 2016

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de Rio Casca foi de 0,650 em 2010, situando o município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699).

Observa-se que o aumento do IDHM do município foi impulsionado, ano a ano, por todos os componentes do índice. Cabe salientar, todavia, o salto quantitativo registrado nos indicadores da área de educação, que, de 1991 para 2010, passou de 0,181 para 0,519. O índice referente a longevidade merece destaque, tendo alcançado 0,813 pontos em 2010 e, portanto, posicionando-se próximo ao patamar verificado para o índice de Minas Gerais.

No entanto, observa-se que o IDHM de Rio Casca manteve-se constantemente abaixo do registrado para a média dos municípios mineiros.

3.1.6 Economia: Principais Atividades Econômicas

3.1.6.1 PIB Municipal e PIB Per Capta

O Produto Interno Bruto é o indicador mais comum para análise da macro estrutura econômica de determinado município, estado ou país, uma vez que representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos em um período determinado.

De acordo com os dados referentes a Rio Casca, é possível identificar que o PIB do município apresentou comportamento ascendente no período de 2011 a 2013, passando de -8,7%, entre 2010 e 2011, para 0,4%, entre 2011 e 2012. Entre 2011 e 2012, porém, verificou-se crescimento de 8,6% (PRÁXIS, 2016).

Em termos comparativos, nota-se que o PIB municipal registou taxa de crescimento médio anual de 0,1% no período 2011-2013, sendo esta expressivamente inferior à do estado de Minas Gerais, que registrou, no mesmo período, taxa de 5,4%. Portanto, o PIB de Rio Casca cresceu significativamente menos que a média de crescimento verificada para os municípios mineiros.

Tabela 5 PIB (1.000,00 R\$) de Rio Casca e de Minas Gerais (2010 – 2013)

Localidade	2011		2012		2013	
	PIB	Δ%	PIB	Δ%	PIB	Δ%
Rio Casca	171.422	8,7	186.087	8,6	186.739	0,4
Minas Gerais	619.103	7,0	645.795	4,3	672.285	4,1

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, 2016

No tocante ao PIB *per capita*, destaca-se a sua baixa evolução no período, sendo de R\$13.224,91, em 2010, e R\$12.989,61, em 2013. Constata-se, assim, que o montante é inferior ao valor médio dos municípios de Minas Gerais (R\$ 23.646,2135) (PRÁXIS, 2016).

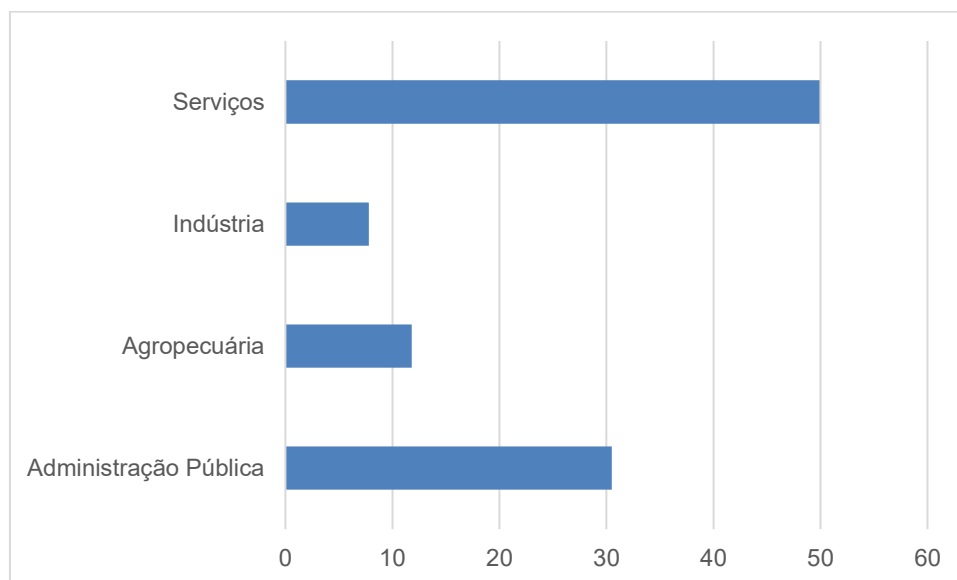
3.1.6.2 Valor Adicionado Bruto

A avaliação do Valor Adicionado Bruto permite a caracterização da base econômica do município de acordo com sua composição nos três setores da economia.

Entre as principais atividades econômicas do município de Rio Casca encontram-se a administração pública e o setor de serviços, cujos Valores Adicionados são 30,5% e 49,9%, respectivamente. Em Minas Gerais, esses valores correspondem a 9,9% e 37,9% (PRÁXIS, 2016).

Destacam-se, portanto, os valores registrados para a administração pública, verificando-se que, segundo dados do IBGE, cerca de 40% dos municípios brasileiros possuem suas economias fortemente condicionadas a esse tipo de serviço, o que analogamente sugere a forte dependência da dinâmica econômica local à máquina pública. Cabe ressaltar, ainda, os altos valores atribuídos ao setor de serviços no estado e, sobretudo, no município.

Gráfico 1 Valor Adicionado Bruto de Rio Casca



Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, 2016

Outras atividades que se destacam na economia local são aquelas relacionadas à indústria e à agropecuária, sendo os valores correspondentes 7,8% e 11,8%, respectivamente. No estado, o Valor Adicionado Bruto do setor da indústria é de 46,4%, enquanto o da agropecuária corresponde a 5,8%. Observa-se, portanto, diferença significativa, sobretudo naquilo que se refere ao setor industrial (PRÁXIS, 2016).

3.1.6.3 Emprego e Estabelecimentos

Em relação ao emprego e à ocupação, no ano de 2000, o município de Rio Casca possuía 5.491 habitantes com 10 ou mais anos de idade ocupados, na semana de referência, e 5.674 no ano de 2010, indicando crescimento. Já em Minas Gerais, eram 7.153.508 pessoas empregadas, no ano 2000, e 9.264.527, em 2010, demonstrando um crescimento de 29% (SIDRA IBGE, 2016).

Tabela 6 Número de pessoas ocupadas na semana de referência – Rio Casca e Minas Gerais (2000 e 2010)

Localidade	2000	2010
Rio Casca	5.491	5.674
Minas Gerais	5.058.328	6.806.149

Fonte: SIDRA IBGE, 2016

Em 2014, a agropecuária era responsável por 516 empregos em 134 estabelecimentos, enquanto a indústria, especificamente de transformação, empregava 139 pessoas em 24 estabelecimentos. A administração pública, por sua vez, empregava 525 pessoas em 3 estabelecimentos (DATAVIVA, 2016).

3.1.7 Legislação Urbanística Municipal

Naquilo que se refere à legislação urbanística municipal, identificou-se que Rio Casca conta com Lei Orgânica, tendo sido esta promulgada em 15 de março de 1990.

3.2 Análise Temática

Nesta seção serão procedidas análises acerca de aspectos que encerram os temas de turismo, cultura e esporte e lazer, de modo a compor diagnósticos temáticos relativos ao município de Rio Casca. Com efeito, abordam-se aspectos relativos ao desenvolvimento institucional do município segundo cada uma das referidas políticas públicas setoriais, bem como aos espaços, equipamentos, bens e serviços. No âmbito da cultura contemplam-se, ainda, as análises relativas a patrimônio cultural e memória e a manifestações, práticas, grupos e entidades culturais.

Salienta-se que o desenvolvimento institucional é aqui compreendido como a capacidade da administração pública municipal gerir de forma eficiente e eficaz as políticas públicas⁸. Considerado o objeto deste estudo, será examinado o desenvolvimento institucional de Rio Casca para desempenhar a gestão das políticas de turismo, cultura, esporte e lazer. Para proceder com tal exame serão tomados quatro aspectos, segundo os grandes temas: Estrutura de Gestão; Mecanismos de Participação Social; Políticas de Financiamento e Fomento; Programas, Projetos e Práticas desenvolvidos no município.

Na análise desses aspectos será observado se o município está desenvolvendo ações com vistas à estruturação das políticas de turismo, cultura e esporte e lazer, em perspectiva sistêmica – ou seja, se está envidando esforços no sentido de implementar os sistemas municipais, em alinhamento com as diretrizes dos Planos Nacionais das referidas políticas setoriais. O Inventário de oferta turística realizado em Rio Casca registrou um total de 66 bens, serviços e atrativos. O município não possui muitos atrativos turísticos, apesar disso conta com serviços nessa área. Dentre os eventos presentes no calendário cultural da cidade, destaca-se as comemorações do aniversário da cidade e do dia de Nossa Senhora da Conceição.

⁸ No inciso XIII do artigo 25 da Lei 8.666 (Lei de Licitações e Contratos) o desenvolvimento institucional é definido, no sentido geral, como a “oportunidade clara e precisa de transformação – mudança de processos, subprocessos, sistemas, subsistemas, comportamentos, arranjos institucionais e gerenciais normativos e não normativos, etc. – que tem a organização de evoluir de forma dinâmica com mais rapidez, eficiência e eficácia no cumprimento dos seus objetivos e finalidades”.

Tabela 7 Síntese do inventário de oferta turística – Rio Casca

Tipo de manifestação	Total inventariado
Equipamentos de apoio turístico	48
Equipamento de hospedagem	6
Serviço e equipamento de alimentos e bebidas	22
Transporte	10
Locais/templos de manifestação de fé	8
Serviços e equipamentos para eventos	1
Outro serviço e equipamento turístico	1
Equipamentos Culturais	7
Meios de Comunicação	3
Equipamentos Culturais	4
Equipamentos de Esporte e Lazer	5
Equipamentos de Esporte e Lazer	5
Atrativos	2
Atrativo natural	0
Atrativo cultural	2
Diversidade Cultural	4
Grupos Culturais	2
Calendário Cultural	2
Gastronomia	0
Total	66

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A seguir são detalhadas as principais características desses bens, serviços e atrativos existentes no município, apresentados, ainda, na Figura 7.

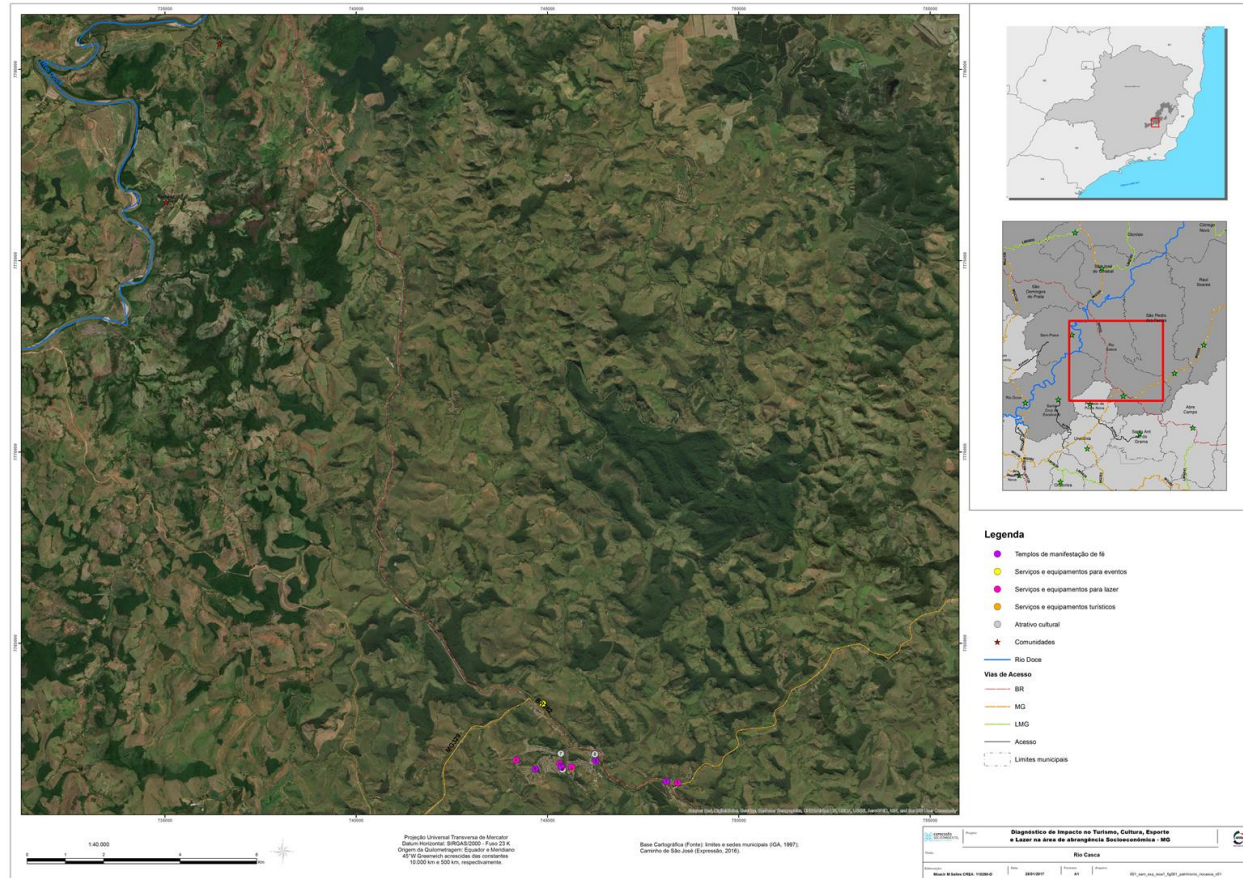


Figura 7 Mapa dos Bens Identificados em Rio Casca

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1 Turismo

3.2.1.1 Desenvolvimento Institucional

A Organização Mundial do Turismo – OMT define o turismo como “o conjunto de atividades que as pessoas realizam durante viagens e estadias em lugares distintos de seu entorno habitual, por um período inferior a um ano, com fins de lazer, negócios e outros motivos não relacionados com o exercício de uma atividade remunerada no lugar visitado” (OMT, 2011). Por ser uma atividade que engloba diversos setores da sociedade e que vem crescendo de maneira intensa, cada vez mais tem-se pensado em estabelecer diretrizes e critérios para que o turismo seja trabalhado de forma benéfica e sustentável. Diante disso, em 1999, criou-se o Código Mundial de Ética do Turismo, que tem como premissa o desenvolvimento do turismo com vistas à expansão econômica, paz e prosperidade internacionais e a observância dos direitos do homem e das liberdades fundamentais.

O desenvolvimento e planejamento de um produto turístico abrange aspectos além de um potencial atrativo turístico. Deve-se considerar o ambiente e as relações operacionais, de estrutura e de mercado que se estabelecem. Assim, os principais elementos que compõem um produto turístico são: atrativos turísticos; equipamentos e serviços turísticos; supra estrutura turística; e infraestrutura de apoio ao turismo.

Com o objetivo de organizar o turismo com base na otimização de gestão, planejamento e mercado, o Ministério do Turismo elencou segmentos turísticos que podem ser definidos a partir da identidade da oferta e das características da demanda. Cabe ao planejador identificar quais segmentos e esforços devem ser empreendidos para a criação da oferta de um produto turístico viável (BRASIL, 2007). Desse modo, observa-se a existência de tipos de turismo cuja identidade pode ser conferida pela existência, em um território, de:

- Atividades, práticas e tradições (agropecuária, pesca, esporte, manifestações culturais, manifestações de fé etc);

- Aspectos e características (geográficas, geológicas, históricas, arquitetônicas, urbanísticas, sociais etc.);
- Determinados serviços e infraestrutura (de saúde, de educação, de eventos, de hospedagem, de lazer, etc).

Exposto isso, pode-se afirmar que as características do segmento determinam a imagem e a identidade do destino. Contudo, esse perfil não significa que o produto turístico apresente apenas uma possibilidade, uma vez que dada localidade pode apresentar diversas possibilidades de desenvolvimento turístico. Ademais, novas denominações surgem em virtude da busca de experiências, tecnologias e inovações oriundas dos planejadores das atividades turísticas e dos interesses dos visitantes.

Ao pensar o turismo como um dos segmentos econômicos que mais cresce atualmente e que movimentou, só em 2015, 1.075,04 bilhões de dólares em todo o mundo, pode-se entender que os processos turísticos possuem duas etapas principais: a transformação de recursos em produtos, quando o turista já encontra nele toda a condição necessária; e a transformação dos produtos em ofertas acessíveis ao mercado, divulgando-o de forma adequada. A partir disso, o mercado responde comprando e consolidando o destino como turístico (OMT, 2016).

3.2.1.1.1 Estrutura de Gestão

As diretrizes nacionais sobre o setor de turismo dispõem que os municípios demandam um aparato institucional para constituir seu sistema de turismo, dispondo de órgão específico, Conselho, Fundo e Plano de turismo, além de participar do Programa de Regionalização e do ICMS turístico, este último prerrogativa específica de Minas Gerais. O indicador “Organização Turística do Município⁹”, que integra o IMRS, elaborado pela Fundação João

9 O indicador “Organização Turística do Município” busca aferir a participação da prefeitura na formulação e implementação de políticas, programas e/ou ações no setor de turismo. Pontuação é dada pela participação no programa estadual de regionalização do turismo; existência de uma política municipal de turismo; existência e funcionamento regular do Fundo

Pinheiro, mostra a participação do governo municipal na formulação e implementação de políticas, programas e/ou ações no setor de turismo. Rio Casca, em 2012, estava entre os municípios do estado que implementaram ações voltadas para o desenvolvimento do turismo local (FJP, 2013).

O município possui órgão responsável pela gestão da política de turismo, a Secretaria de Turismo, Cultura, Patrimônio Histórico, Esporte e Lazer. Trata-se, pois, de órgão que acumula entre as suas funções a gestão de distintas políticas setoriais.

O município também possui Política Municipal de Turismo, instituída pela Lei nº 1.836 de 2014. Esta se refere ao “planejamento e ordenamento do setor, com a finalidade de promover o desenvolvimento turístico local, como alternativa de desenvolvimento econômico e social do município”. A Lei estabelece que “o turismo no município de Rio Casca se pautará nos princípios de participação, da sustentabilidade ambiental, sociocultural, econômica e político-institucional e da integração” (Artigo 3º).

Os integrantes desta política são o Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, o Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR, o Plano Municipal de Desenvolvimento Turístico Sustentável – PMDTS e as Normas de Incentivo Fiscal em favor do turismo.

Sendo assim, o município possui a principal legislação de sustentação institucional ao desenvolvimento turístico, orientando e normatizando a criação e o funcionamento dos órgãos responsáveis pelo setor, além de prever a implementação da principal ferramenta de planejamento da atividade, o PMSTS.

Segundo o gestor público entrevistado, Rio Casca possui PMDTS, que foi elaborado com a participação da sociedade civil por meio do Conselho Municipal de Turismo, a fim de contemplar as demandas da comunidade, dos empresários e demais organizações direta e indiretamente envolvidas com a atividade turística.

Municipal de Turismo, sendo atribuído 1 ponto para os municípios que atendem aos três requisitos e 0 para os que estão nas demais situações (FJP, 2013).

O PMDTS de Rio Casca se refere ao período de 2014 a 2017, tendo como objetivo “Criar as bases para o futuro desenvolvimento do turismo de forma sustentável no Município de Rio Casca, de forma ordenada, participativa e integrada entre poder público, comunidade e iniciativa privada, como alternativa de desenvolvimento econômico e social”. São previstas quatro ações principais, divididas em programas, a saber:

- Programa de Sensibilização;
- Programa de Capacitação e Qualificação;
- Programa de Estruturação do Destino;
- Programa de Promoção Turística.

Segundo a SETUR/MG (2014), o PMDTS é “o instrumento de planejamento, elaborado em conjunto com COMTUR que será o elo entre a política estabelecida e a ação de fato”. De modo geral, o PMDTS possui horizonte de planejamento plurianual, normalmente de quatro anos, devendo ser reelaborado com base em mudanças no cenário socioeconômico e cultural do município, a fim de estabelecer adequadas estratégias para a implementação da Política Municipal de Turismo.

Ainda segundo a SETUR/MG (2014), o PMDTS possibilita ao município:

- Promover a integração e a participação da comunidade no planejamento turístico.
- Estruturar e ordenar o turismo local e regional;
- Fomentar a produção turística, a fim de conceber uma oferta qualificada;
- Qualificar e capacitar os produtos turísticos do município e da região;
- Promover o município como destino qualificado.

3.2.1.1.2 Mecanismos de Participação

O município possui Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, principal mecanismo de participação e controle social da política de turismo local. O COMTUR foi instituído em 2014 pela Lei nº 1.836.

De acordo com o gestor público entrevistado, trata-se de órgão deliberativo e que se encontra ativo. Sua composição é paritária e está estabelecida da seguinte forma: três representantes da prefeitura, sendo ao menos um representante do órgão municipal de turismo; e três representantes da sociedade civil, conforme disposto em regulamento.

Segundo a SETUR/MG (2014), o COMTUR é “capaz de promover a descentralização administrativa, constituindo um espaço de vivência e de construção contínua da democracia, essencial para uma gestão participativa. Neste sentido, os conselhos permitem que a comunidade contribua, participe e fiscalize as ações do governo de forma legítima”.

3.2.1.1.3 Financiamento e Fomento

A Fundação João Pinheiro mediu o esforço orçamentário dos municípios mineiros por meio do indicador “Esforço Orçamentário em Turismo¹⁰”. Desse modo, verificou-se que “Em 2013, os gastos orçamentários de Rio Casca na subfunção Turismo representaram 0% do total do orçamento municipal e, em 2009, 0,4%.” (FJP, 2013). Assim, observa-se um retrocesso em relação ao orçamento destinado ao desenvolvimento do setor no município.

Rio Casca possui Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR, instituído pela Lei n° 1836 de 2014. A gestão do Fundo, que encontra-se regulamentado e em funcionamento, é atribuição do Secretário de Turismo, Cultura, Patrimônio Histórico, Esporte e Lazer, segundo o gestor público entrevistado. As fontes de recursos para o FUMTUR são provenientes de dotação orçamentária própria. Além disso, informa-se que:

“I – os preços de cessão de espaços públicos para eventos de cunho turístico e de negócios e o resultado de suas bilheterias quando não revertidos a título de cachês ou direitos;

10 O indicador “Esforço Orçamentário em Turismo” mostra a participação percentual dos gastos orçamentários dos municípios, apresentados em sua prestação de contas anuais, na subfunção Turismo nos gastos totais. O aumento do recurso aplicado na atividade significa maior disponibilidade de recursos para ser investido em ações, programas e projetos e podem contribuir, portanto, para ampliar os esforços empreendidos pelo governo municipal na consolidação do turismo como fator de desenvolvimento sustentável, de distribuição de renda, de geração de emprego e de conservação do patrimônio natural, cultural e turismo (FJP, 2013).

- II – a venda de publicações turísticas editadas pelo COMTUR;
- III – a participação na renda de filmes e vídeos de propaganda turística do município;
- IV – os créditos orçamentários ou especiais que lhe sejam destinados;
- V – as doações de pessoas físicas e jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;
- VI – as contribuições de qualquer natureza, sejam públicas ou privadas;
- VII – os recursos provenientes de convênios que sejam celebrados;
- VIII – o produto de operações de crédito, realizados pelo COMTUR, observada a legislação pertinente e destinados a esse fim específico;
- IX - os rendimentos provenientes da aplicação financeira de recursos disponíveis;
- X – outras receitas.”

Destaca-se que já foram aprovados projetos pelo FUMTUR, tal como a reforma do Parque de Exposição do município.

Finalmente, constatou-se que Rio Casca não dispõe de legislação de incentivo ao turismo, o que poderia auxiliar no desenvolvimento da atividade no nível local.

3.2.1.1.4 Programas, Projetos e Práticas

Rio Casca participa do Programa Nacional de Regionalização e, conseqüentemente, integra a política estadual dos Circuitos Turísticos (CTs), principal instrumento de gestão estadual, por meio do qual os municípios podem se inserir na regionalização do turismo. Rio Casca está inserido no Circuito Turístico Montanhas e Fé, “que abriga um conjunto de onze municípios da região da Zona da Mata Norte do Estado de Minas Gerais, com afinidades culturais, sociais e econômicas que se uniram para organizar e desenvolver a atividade

turística regional de forma sustentável, consolidando uma identidade regional”, conforme informa o sítio institucional deste Circuito¹¹.

O município também participa do ICMS Turístico, política estadual de turismo, e receberá em 2017, ano de referência de 2015, o montante de R\$ 1.836,85¹². Essa política visa investir e organizar os municípios mineiros por meio de repasses mensais de recursos financeiros, condicionados à formatação/implementação, por parte dos mesmos, de programas e projetos destinados ao desenvolvimento turístico sustentável.

3.2.1.2 Espaços/Equipamentos de Apoio Turístico

3.2.1.2.1 Meios de Hospedagem

Nos manuais do INVTUR, os meios de hospedagem são caracterizados como “serviços remunerados prestados por estabelecimentos que oferecem alojamento e serviços necessários ao conforto do hóspede, como recepção, guarda de bagagem, conservação, manutenção, arrumação e limpeza das áreas, instalações e equipamentos, etc.”. Com base em tal definição, foram inventariados seis meios de hospedagem em Rio Casca. Somada a infraestrutura de todos os meios de hospedagem, o município conta com aproximadamente 154 unidades habitacionais e 379 leitos. São eles:

- Hotel Campeão;
- Hotel Pousada Juliano;
- Hotel Jacarandá;
- Hotel Fazenda Palmeiras;

11 http://www.montanhasefe.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=102&Itemid=169

12 Publicação dos índices provisórios de Investimento em Turismo dos Municípios (IIT) e de participação para fins de distribuição da parcela de ICMS pelo critério Turismo em 2017, ano-referência 2015, nos termos do Artigo 9º, § 5º, da Lei Estadual n.º 18.030, de 12 de janeiro de 2009 (Caderno de Imprensa Oficial – Diário do Executivo, p. 122 – sábado, 12 de Novembro de 2016, Governo Estadual de Minas Gerais).



EXPRESSÃO
SOCIOAMBIENTAL
pesquisa e projetos



- Hotel Morada do Sol;
- Liberty Hotel.

Tabela 8 Meios de hospedagem

Hotel Campeão



Hotel Pousada do Juliano



Hotel Jacarandá



Hotel Fazenda Palmeiras





Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1.2.2 Equipamentos de Alimentos e Bebidas

Foram identificados e inventariados 21 estabelecimentos no segmento de alimentos e bebidas que prestam serviços remunerados.

Os estabelecimentos que tiveram os inventários atualizados e/ou validados foram:

- Rei dos Salgadinhos;
- Restaurante e Pesque-pague Rossi;
- Restaurante Sabor Mineiro;
- Restaurante Jacarandá;
- Bar e Restaurante Soft;
- Tiane Refeições;
- Lanchonete da Rodoviária;
- Lanchonete e Restaurante Acácia;
- Bar do Zé Pedro;
- Super Mix;
- Sorveteria e Lanchonete Boca Fria;
- Sorveteria e Lanchonete Beijo de Neve;



- Bar do Time;
- Quiosque Cantinho;
- Restaurante da Fátima;
- Padaria Ki-Pão;
- Sorveteria Aquariu's;
- Restaurante e Lanchonete Campeão;
- Restaurante e Churrascaria Natural;
- Lanchonete e Pizzaria Hoffman Beer;
- Toca do Caboclo.

Tabela 9 Equipamentos de alimentos e bebidas

Rei dos Salgadinhos e Restaurante	Pesque-pague Rossi
	
Restaurante Sabor Mineiro	Restaurante Jacarandá
	



Bar e Restaurante Soft



Tiane Refeições



Lanchonete da Rodoviária



Lanchonete e Restaurante Acácia





Bar do Zé Pedro



Super Mix



Sorveteria e Lanchonete Boa Fria



Sorveteria e Lanchonete Beijo de Neve





Bar do Time



Quiosque Cantinho



Restaurante da Fátima



Padaria Ki-Pão





Sorveteria Aquariu's e Restaurante



Lanchonete Campeão



Restaurante e Churrascaria Natural,



Lanchonete e Pizzaria Hoffman Beer



Toca do Caboclo



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1.2.3 Serviços de Transporte

No que diz respeito aos serviços e empresas de transportes turísticos, foram identificados 10 prestadores de serviços:

- Viação S. J. Goiabal;
- Empresa Lopes;
- Empresa Salutaris;
- Empresa Unida;
- Viação Pássaro Verde;
- Táxi do Sr. Flávio Ferreira;
- Táxi do Sr. Sebastião Chaves Amorim;
- Táxi do Sr. Jurandir Gomes;
- Táxi do Sr. José Geraldo Brum;
- Táxi do Sr. José Joaquim de Oliveira.

Tabela 10 Serviços de transporte





Táxi do Sr. Flávio Ferreira



Táxi do Sr. Jurandir Gomes



Táxi do Sr. José Geraldo Brum



Táxi do Sr. José Joaquim de Oliveira





Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1.2.4 Agências de Turismo

Durante o levantamento de campo não foram identificadas agências de turismo.

3.2.1.2.5 Espaço para Eventos

Nas pesquisas de campo foi identificado e inventariado o Parque de Exposições José Piuzana no rol dos equipamentos para a realização de congressos, convenções, exposição, feiras e shows.



Figura 8 Parque de Exposições José Piuzana

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1.2.6 Locais e Templos de Fé/Edificações

Quando da realização do levantamento de campo, Rio Casca já possuía Inventário de Oferta Turística. Por essa razão, o trabalho procedeu de modo a atualizar o Inventário. Diante disso, foram identificados oito locais e templos de fé, a saber:

- Santuário Nossa Senhora das Graças;
- Grupo da Fraternidade Espírita Irmão Coutinho;
- Igreja de São Sebastião;
- Igreja Cristã Maranata;
- Igreja Presbiteriana do Brasil;
- Paróquia Nossa Senhora da Conceição;
- Igreja Pentecostal Deus é Amor;
- Capela de Santa Efigênia.

Tabela 11 Locais e Templos de Fé/Edificações





Igreja de São Sebastião



Igreja Cristã Maranata



Igreja Presbiteriana do Brasil



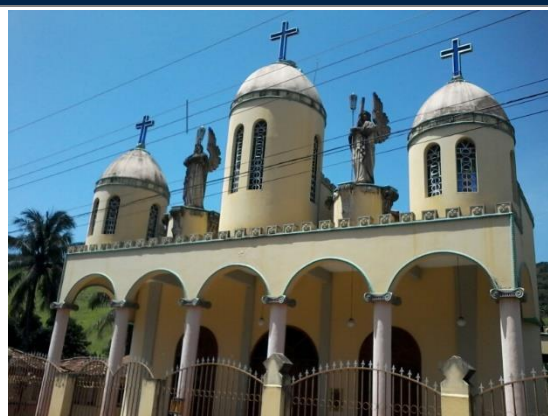
Paróquia Nossa Senhora da Conceição



Igreja Pentecostal Deus é Amor



Capela de Santa Efigênia



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Cabe ressaltar que, no âmbito do Inventário Turístico, esses templos de fé interessam tanto sob o ponto de vista das suas edificações, que podem ser consideradas atrativos turísticos e bens patrimoniais, quanto em função das manifestações de fé presentes no município de Rio Casca.

Do ponto de vista do diagnóstico cultural, por sua vez, sendo ou não considerados bens patrimoniais, sendo ou não protegidos pelo município, pelo estado ou pela União, esses templos são importantes lugares de práticas culturais pelo viés da diversidade religiosa de Rio Casca. Também abrigam importantes elementos históricos e artísticos, de caráter ritualístico religioso, de forte simbologia para a comunidade de fiéis, a exemplo de imaginárias, telas, indumentárias, decorações, mobiliário e objetos de culto.

3.2.2 Cultura

3.2.2.1 Desenvolvimento Institucional

A política cultural no Brasil, com seu atual formato de institucionalização, teve suas bases lançadas em meados da década de 1980, com a criação do Ministério da Cultura e da Lei Sarney, no primeiro momento, e da Lei Rouanet, já nos anos 1990. Após cerca de 20 anos, iniciou-se, em 2003, a reestruturação do papel do Estado e da política cultural no país, que, capitaneada pelo Ministério da Cultura, culminou na implantação do Sistema Nacional de Cultura - SNC.

O Sistema Nacional de Cultura constitui-se em um processo no qual se articulam vários agentes, em inúmeras instâncias da federação, bem como diversas políticas e programas. O objetivo final é a formulação e a implantação de políticas públicas de cultura de longo prazo, discutidas e pactuadas com a sociedade civil, artistas, grupos culturais e movimentos como um todo.

O principal objetivo do SNC é fortalecer institucionalmente as políticas culturais da União, Estados e Municípios, com a participação da sociedade, considerando que, ainda hoje, as políticas para a cultura continuam ocupando posição periférica na agenda da maioria dos governos, além de serem conduzidas de forma pouco profissional. Parte desse problema está na indefinição a respeito do papel do poder público (Estado) na vida cultural.

Dessa forma, o SNC propõe articular os governos federal, estaduais e municipais e a sociedade civil organizada, através de conselhos, conferências e fóruns, para a promoção de políticas e ações culturais integradas. Para se efetivar, a nova proposta pressupõe e depende de uma articulação entre as diversas esferas de governo na implantação da política pública.

Aos municípios compete: criar condições de natureza legal, administrativa, participativa e orçamentária para sua integração ao SNC; assinar o termo de cooperação para adesão ao SNC; consolidar o Plano Municipal de Cultura; criar e implantar, ou manter e assegurar, o funcionamento do conselho municipal de política cultural; criar e implantar, ou manter e assegurar, o Fundo Municipal de Cultura; realizar a conferência municipal de cultura

previamente à conferência estadual e nacional; apoiar a realização das conferências nacional e estadual de Cultura; compartilhar recursos para a execução de ações, programas e projetos culturais no âmbito do SNC; compartilhar informações junto ao Sistema Nacional de Informações Culturais disponibilizado pela União; implantar e regulamentar as normas específicas locais dos sistemas setoriais de cultura; cumprir as metas e prazos definidos no planejamento estratégico do SNC.

Enfrentando um processo lento e de longo prazo, além de dificuldades de ordem legal (aprovação de leis e emendas no Congresso Nacional) e política para a sua instauração, até o momento o SNC não atingiu a maioria dos municípios brasileiros. Entretanto, o Sistema tem mostrado ampliação de sua capilaridade em todo o país.

A Figura 9 traz o desenho do Sistema, com seus elementos componentes.

Figura 9 Elementos constitutivos dos Sistemas de Cultura



Fonte: MINC / SNC - Guia de orientação aos municípios, 2012

É nesse contexto que se apresentam, a seguir, informações sobre a política cultural no município de Rio Casca, buscando-se avaliar os seguintes elementos: estrutura de gestão; legislação e fontes de financiamento; mecanismos de controle e participação social; espaços

e equipamentos; diversidade cultural; calendário de eventos; e política de preservação do patrimônio cultural.

3.2.2.1.1 Estrutura de Gestão

A gestão pública de cultura em Rio Casca não conta com órgão exclusivo, sendo realizada pela Secretaria de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.

É importante destacar que, conforme o Índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS¹³, da Fundação João Pinheiro, a existência ou não de um órgão gestor da cultura e a sua caracterização é um indicador do grau de importância que o setor cultural tem para a administração municipal. O órgão gestor de cultura tem por finalidade formular e implementar a política pública de cultura, articulando ações conjuntas entre os vários atores que atuam no campo cultural.

Os dados oficiais do Ministério da Cultura informam que o município ainda não aderiu ao Sistema Nacional de Cultura. Rio Casca não assinou o Acordo de Cooperação Federativa e não aprovou a lei que cria o Sistema Municipal de Cultura. Entre as várias competências municipais ainda não realizadas está, ainda, a elaboração do Plano Municipal de Cultura.

Realça-se, também, que o município não possui política estruturada e continuada na área cultural. A partir da análise dos dados constantes da Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC, módulo Cultura 2014¹⁴, desenvolvida pelo IBGE, pode-se perceber que

13 O IMRS deriva da construção de uma ampla base de dados a fim de atender as várias dimensões correspondentes aos princípios dispostos na Lei 15011/2004, segundo a qual “A responsabilidade social na gestão pública estadual consiste na implementação, pela administração pública, de políticas, planos, programas, projetos e ações que assegurem o acesso da população à assistência social, à educação, aos serviços de saúde, ao emprego, à alimentação de qualidade, à segurança pública, à habitação, ao saneamento, ao transporte, ao lazer...”

14 A Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC, módulo Cultura, realizada pelo IBGE em 2014 nas 27 unidades da Federação e nos 5.570 municípios fornece informações sobre a existência de equipamentos culturais, meios de comunicação, atividades artísticas e artesanais e pontos de cultura; gestão da Política de Cultura; infraestrutura para o cumprimento da função e capacitação de servidores; legislação relacionada ao tema; instâncias de participação; além de

várias ações são realizadas no município – ainda que não integradas em forma de política pública de cultura –, seja pela prefeitura, seja através do apoio de terceiros. Entre elas encontram-se: programa ou ação para a implantação, reforma ou modernização de museu; biblioteca pública, biblioteca comunitária e arquivo público; implantação de programa ou ação de promoção do turismo cultural; oferta de cursos ou oficinas de artes plásticas, artesanato, dança, literatura, música, gestão cultural e outros; apoio a seminários e palestras, apresentações musicais, feira de livros, desfile carnavalesco, eventos e festas populares em geral.

Na entrevista de campo foi citada como ação específica a realização do Festival da Canção.

3.2.2.1.2 Mecanismos de Participação

No que se refere à participação da sociedade civil na política cultural, os dados levantados na pesquisa de campo indicam que Rio Casca possui Conselho Municipal de Cultura e Conselho Municipal de Patrimônio.

O Conselho Municipal de Cultura foi instituído pela Lei nº 1.807/2013, é deliberativo e tem representação majoritária do poder público. O Conselho Municipal de Patrimônio, por sua vez, foi instituído por meio do decreto municipal em 2002 e tem composição majoritariamente governamental¹⁵.

Em relação às Conferências de Cultura, o município já realizou uma edição no ano de 2015. Também foi informado que Rio Casca enviou representantes para a Conferência Estadual de Cultura daquele mesmo ano. Quanto às Conferências Nacionais, dados do MINC comprovam a presença do município em todas as três edições realizadas até o final de 2016.

existência e funcionamento de Fundos de Cultura, entre outros aspectos. Seus resultados são divulgados em conjunto com a Pesquisa De Informações Básicas Estaduais – ESTADIC.

15 O Decreto nº 1.632/2002 cria o Conselho, é alterado pelo Decreto nº 1.792/2004 e depois pela Lei nº 1.808/2013. Os membros do Conselho são nomeados pelo Decreto nº 071/2015, sendo 4 representantes do poder público e 3 da sociedade civil.

Por fim, é importante mencionar que o município tem participado dos encontros do Fórum Permanente de Cultura da Microrregião de Ponte Nova, formado por 14 municípios, em parceria com a Secretaria de Estado da Cultura – SEC/MG.

O objetivo do fórum é fortalecer a articulação regional entre os representantes do Poder Público, além de identificar suas vocações e potencialidades culturais, levantar demandas coletivas em relação às políticas públicas de cultura e eleger representantes para fazer a interlocução entre a microrregião e a SEC/MG.

3.2.2.1.3 Financiamento e Fomento

Rio Casca possui Fundo Municipal de Cultura – FUMTUR, instituído pela Lei nº 1.807/2013, destinado a apoiar financeiramente programas de formação cultural, manutenção de grupos artísticos, manutenção de espaços culturais, projetos de difusão cultural, pesquisas e projetos de produção de bens culturais. O município possui também o Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural instituído pela Lei nº 1.709/2008¹⁶. A Secretaria de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer realiza a gestão do Fundo em conjunto com o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural.

Os recursos do orçamento municipal destinados à Cultura estão expressos na tabela a seguir, segundo a função e o tipo de despesa, nos anos de 2014 e 2015, de acordo com o portal Fiscalizando com o TCE Minas Transparente¹⁷.

¹⁶ Foi alterada pela Lei nº 1.855/2014. O Decreto de Regulamentação é nº 421/2010.

¹⁷ Portal do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, Fiscalizando com o TCE Minas Transparente. “Os Municípios encaminham as informações municipais sobre a execução de seus orçamentos e têm até o último dia útil de março do ano subsequente para o envio da prestação de contas anual. Após essa data o TCEMG tem 360 dias para emitir o parecer prévio”.

Tabela 12 Orçamento municipal – despesas realizadas segundo a função Cultura– Rio Casca (2014-2015)

Item / descritivo	Ano	
	2014	2015
Despesa total Prefeitura (valor atualizado)	27.985.902,00	35.712.581,93
Despesa total Prefeitura (valor executado e liquidado)	24.814.351,75	25.083.975,61
Despesa total Secretaria Municipal de Cultura (valor executado e liquidado)	104.302,65	78.999,67
Despesa total Fundo Municipal de Cultura (valor executado e liquidado)	80.145,97	21.619,38
Despesa total Fundo Municipal do Patrimônio Cultural (valor executado e liquidado)	690.864,31	539.203,64

Fonte: Portal Fiscalizando com o TCE Minas Transparente, 2016

Primeiramente, pode-se observar uma elevação nas despesas previstas e liquidadas pela prefeitura entre os dois anos. Entretanto, não houve correspondente elevação nos valores destinados às diversas funções ligadas à cultura. Em 2014, considerando-se as três unidades ligadas ao setor – Secretaria, Fundo de Cultura e Fundo de Patrimônio Cultural –, os gastos liquidados foram da ordem de R\$ 875 mil, o que correspondeu a 3,5% do orçamento municipal anual executado. Já em 2015, foram gastos cerca de R\$ 640 mil com as três funções, o que era relativo a 2,5% do total das despesas liquidadas pela prefeitura.

Ao se avaliar os itens e rubricas de cada função, constata-se que o valor de 2014 da Secretaria responsável pela gestão da política de cultura foi totalmente gasto com o subitem Eventos de Entretenimento, Cultura e Lazer. Já os recursos do Fundo Municipal de Cultura foram aplicados nos seguintes subitens: Manutenção das Atividades do Telecentro; Manutenção de Atividades Culturais, Artísticas, Lazer e Eventos; e Cinema nos Bairros.

Por fim, ainda em 2014, o Fundo Municipal do Patrimônio Cultural, maior dotação destinada à cultura, teve 80% dos gastos liquidados nos seguintes subitens: Eventos de Entretenimento, Cultura e Lazer; e Manutenção do Carnaval Popular. Os 20% restantes foram divididos entre os subitens: Manutenção e Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural; e Subvenção à Associação Amigos de Rio Casca – ARCA.

Ao se analisar os gastos de 2015 constata-se que a proporção entre as três funções foi alterada, com elevação da participação das despesas do Fundo Municipal de Patrimônio (de 78% para 84% do total da cultura) e redução do Fundo Municipal de Cultura (de 9% para 3% das despesas liquidadas).

Observa-se, também, que em 2015 os recursos da Secretaria responsável pela gestão da política de cultura foram totalmente gastos com o subitem Eventos de Entretenimento, Cultura e Lazer. Já os recursos do Fundo Municipal de Cultura foram aplicados nos subitens: Manutenção das Atividades do Telecentro e Manutenção de Atividades Culturais, Artísticas, Lazer e Eventos. Não houve despesas com o projeto Cinema nos Bairros.

Quanto aos gastos do Fundo Municipal do Patrimônio Cultural, em 2015 observaram-se os principais itens de despesa: Eventos de Entretenimento, Cultura e Lazer; e Manutenção do Carnaval Popular. Em seguida, aparecem os subitens: Manutenção e Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural; e Subvenção à Associação Amigos de Rio Casca – ARCA.

Vale destacar que foi informado, na pesquisa de campo, que as principais fontes de recursos para apoiar e fomentar a cultura são as dotações orçamentárias próprias ou os recursos obtidos em parceria com o Governo Estadual, sendo pequena a participação do setor empresarial no financiamento da cultura no município.

O município de Rio Casca tem participado da política estadual de ICMS Patrimônio Cultural¹⁸, promovida pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas

18 O ICMS Patrimônio Cultural foi criado pela Lei nº 12.040/95, atual Lei nº 13.803, que atribuiu ao Iepha/MG a responsabilidade pela elaboração e implementação dos critérios para o repasse dos recursos aos municípios. Como base para a pontuação o município deve enviar ao Iepha documentação anual comprovando a existência e o funcionamento de

Gerais – IEPHA, iniciativa fundamental para o estabelecimento de uma política de preservação do patrimônio cultural adequada a cada localidade.

Nesse quesito, conforme informam as Tabela 13 e Tabela 14, Rio Casca apresentou tendência ao crescimento de sua pontuação e de valores repassados, indicando elevação importante para o exercício 2017, o que também vai significar ampliação nos valores a serem recebidos.

Tabela 13 Pontuação no ICMS Patrimônio Cultural – Rio Casca (2013-2017)

Município	ICMS exercício 2013	ICMS exercício 2015	ICMS exercício 2017
Rio Casca	6,95	6,39	10,4

Fonte: IEPHA, 2016

Tabela 14 Valores repassados para o município segundo o critério Patrimônio Cultural – Rio Casca (2014-2016)

Município	Valor ICMS 2014	Valor ICMS 2015	Valor ICMS 2016*
Rio Casca	152.483,92	129.242,49	148.017,74

Fonte: FJP, 2016

*O valor de 2016 não contém o valor repassado no mês de dezembro.

3.2.2.2 Espaços e Equipamentos Culturais

A infraestrutura cultural do município se expressa pelos equipamentos e demais espaços públicos favoráveis à produção, difusão e fruição da cultura.

lei municipal de proteção do patrimônio cultural, lei de criação de conselho municipal de patrimônio (regimento interno e atas), órgão de patrimônio, realização de projeto de educação patrimonial, inventário de proteção do acervo cultural, iniciativas de tombamento e de proteção a bens culturais.

Rio Casca já havia realizado, previamente, o Inventário de Oferta Turística – INVTUR, importante instrumento de formulação de políticas públicas de cultura, turismo, esporte e lazer. Assim, as informações pré-existentes sobre os espaços e equipamentos de cultura do município foram validadas e atualizadas pela Expressão Socioambiental, em 2016. Esse trabalho de atualização em campo permitiu identificar os espaços e equipamentos culturais do município que abrigam os principais eventos e manifestações da cultura local.

3.2.2.2.1 Museus, Galerias e demais Espaços Expositivos

O município possui um acervo que, com base em documentos, fotos, objetos e arquivos em geral, conta a história de Rio Casca.



Figura 10 ARCA Museu

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.2.2.2 Arquivo Público/Documentação/Biblioteca

O município conta com duas bibliotecas, a Biblioteca Pública Municipal Marina Morena e a ARCA Biblioteca, criada em 2001, com o ARCA Museu, pela Associação dos Amigos de Rio Casca – ARCA.

A Biblioteca Pública, que ocupa espaço de 30 m², é bem conservada, tem acervo de 1 a 2 mil livros e dispõe de serviços de carro-biblioteca, caixa-estante e mala de leitura.

O Arquivo Público complementa o suporte à educação e à pesquisa da memória social e da história do lugar.



Figura 11 ARCA Biblioteca

. Fonte: Expressão Socioambiental, 2016



Figura 12 Associação dos Amigos de Rio Casca – ARCA

Fonte: Expressão Socioambiental, 2015

3.2.2.2.3 Atrativos Culturais

Foram inventariados oito atrativos culturais, organizados e definidos a partir de elementos culturais materiais e imateriais. São eles:

- Saberes e Fazeres: Conjunto de utensílios de uso farmacêutico exposto na Farmácia Coelho Pinto;
- Feiras e Mercados: Gulau Artesanatos;
- Músicas e Danças: Banda de Música Santa Cecília;
- Instituições Culturais: ARCA Museu;
- Instituições Culturais: ARCA Biblioteca;
- Festas e Celebrações: Aniversário da Cidade;
- Festas e Celebrações: Carnaval;
- Músicas e Danças: Festival da Canção.



Figura 13 Conjunto de utensílios de uso farmacêutico exposto na Farmácia Coelho Pinto e Gulau Artesanatos

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A Farmácia Pinto Coelho expõe um conjunto de utensílios de uso da indústria farmacêutica, como objetos, peças, instrumentos, equipamentos e aparelhos. O município também possui a sede da centenária Banda de Música Santa Cecília, criada em 1900.



Figura 14 Sede da Banda de Música Santa Cecília, criada em 1900.

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.2.3 Manifestações, Práticas, Grupos, Coletivos e Entidades Culturais

As informações disponíveis na Pesquisa de Informações Básicas Municipais, Módulo Cultura, do IBGE 2014 – MUNIC¹⁹ apontam a presença de grupos e artistas no município ligados a várias manifestações, entre elas: dança, música, banda, capoeira, bloco carnavalesco, artes plásticas, cultura popular e artesanato. Quanto a este último, destacam-se: o bordado; o artesanato em cobre; as esculturas em madeira; e pinturas e produção de colchas de retalho.

Uma das principais instituições e expoentes da cultura local, segundo apurado em entrevistas, é a Banda de Música Santa Cecília, criada no ano 1900, que se constitui em uma das manifestações mais antigas da cidade.

¹⁹ A Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC, módulo Cultura, realizada pelo IBGE em 2014 nas 27 unidades da Federação e nos 5.570 municípios fornece informações sobre a existência de equipamentos culturais, meios de comunicação, atividades artísticas e artesanais e pontos de cultura; gestão da Política de Cultura; infraestrutura para o cumprimento da função e capacitação de servidores; legislação relacionada ao tema; instâncias de participação; além de existência e funcionamento de Fundos de Cultura, entre outros aspectos. Seus resultados são divulgados em conjunto com a Pesquisa De Informações Básicas Estaduais – ESTADIC.

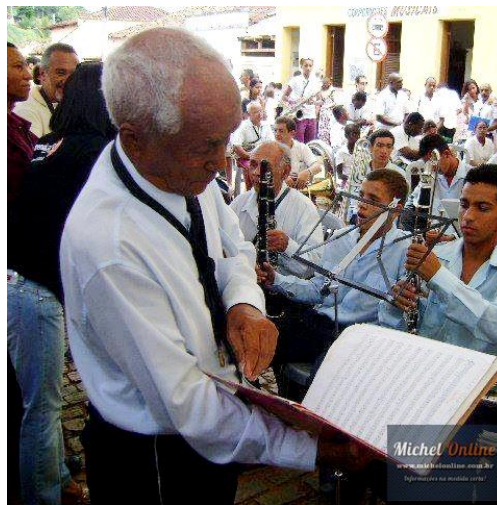


Figura 15 Maestro Gorazil Romão de Carvalho, já falecido, regendo a Banda Santa Cecília

Fonte: goo.gl/8fl82w

Também foi mencionada a atuação de diversos blocos carnavalescos na cidade, entre eles: Bloco Seca Brahma; Novos Tempos; Bloco do Pudim; Bloco do Caixão; Bloco Cruzeiro de Prata; Bloco da SER; Bloco das Rosinhas; Bloco do Condomínio; Bloco da Banda Elzza; e Bloco Sem Preconceito. Destaque também para os bonecos da Vovó Joana e o Cavalinho, que há mais de 70 anos fazem parte do desfile de carnaval de Rio Casca.



Figura 16 Vovó Joana, personagem típico do carnaval de Rio Casca

Fonte: <http://rio-casca.blogspot.com.br/>

Outra manifestação que foi relevante na história do município é o congado, cuja origem remonta ao antigo distrito de Bicudos. Suas cerimônias costumavam ocorrer na Igreja Matriz, com homenagens dedicadas a Nossa Senhora do Rosário, padroeira dos negros. Segundo se apurou, o grupo se desfez em meados do século XX e foi revitalizado, mantendo-se em atividade até os anos de 1980. Atualmente a manifestação está paralisada ou pouco ativa.

Durante as pesquisas, não houve indicação de produto gastronômico típico de Rio Casca, mas há referências à torta de todos os temperos, ao pão com linguiça e às carnes de sol e de charque, todos inventariados pelo município em 2015 como Saberes e Ofícios.

3.2.2.4 Calendário Cultural

Os principais eventos de Rio Casca são:

- Fevereiro: carnaval, com shows e desfiles de blocos carnavalescos;
- Maio: coroações e eventos de louvor a Nossa Senhora;
- Junho: Aniversário da Cidade, com shows na praça;
- Setembro: Festival da Canção de Rio Casca, criado na década de 1980;
- Dezembro: festa da padroeira, Nossa Senhora da Conceição do Rio Casca.

FESTIVAL DA CANÇÃO

DE RIO CASCA

XI FECARC

DIAS: 04,05 E 06 DE SETEMBRO

CAMPO DA SER 20:00HS



Inscrições até o dia 21/08/2015 Pelo site: www.michelonline.com.br

 Informações: (31) 3871-2062

05/09/ (SÁBADO)

 SHOW GRUPO RETRO:

 23:00 HS

06/09/ (DOMINGO)

 SHOW GRUPO FANFANTO & BANDA

 20:00 HS

PREMIAÇÃO:

 1º: R\$ 4.500,00

 2º: R\$ 3.500,00

 3º: R\$2.500,00

 4º: R\$1.000,00

 5º: R\$ 700,00

MELHOR MÚSICA LOCAL R\$ 1.500,00

 MELHOR INTERPRETE R\$ 300,00

 MELHOR CANÇÃO POPULAR R\$ 700,00

REALIZAÇÃO:

 PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CASCA

 ADM. 2013/2016

 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

APOIO:

 SOCIEDADE ESPORTIVA RIO CASQUENSE-SER

 CÂMARA MUNICIPAL DE RIO CASCA - ADM 2013/2016

 ARCA



Figura 17 Cartaz do Festival da Canção, 2015

Fonte: goo.gl/Qib9DK



CARNAVAL

Rio Casca 2015

Sábado e Domingo

 Bloco do Caixão

 Bloco Sem Preconceito

 Bloco Cruzado de Prata

 Bloco da SER

 Bloco das Rosinhas

 Bloco do Condomínio

Sexta-Feira

 Bloco Saca Botina



Novos

Tempos



RG7

Segunda e Terça

 Bloco da Banda Elizza

 Bloco do Caixão

 Bloco Sem Preconceito

Desfile da:



Voo Joana



REALIZAÇÃO:

 PREFEITURA MUNICIPAL

 DE RIO CASCA - ADM. 2013/2016

APOIO:

 CÂMARA MUNICIPAL

 DE RIO CASCA

Figura 18 Cartaz da programação do Carnaval 2015

Fonte: goo.gl/F2aQrQ



Figura 19 Coroação de Nossa Senhora, no mês de Maria

Fonte: goo.gl/HDC1Ae

3.2.2.5 Patrimônio Cultural e Memória

A Secretaria de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer é o setor responsável pela proteção do patrimônio cultural em Rio Casca.

O município possui a Lei Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural nº 1.391/1997, alterada pela Lei nº 1.856/2014. Esta última definiu em seu capítulo IV a isenção de impostos a bens culturais tombados. Segundo o IMRS, a legislação de proteção do patrimônio material e imaterial, representa um diferencial na gestão cultural dos municípios, além de constituir um passo importante para a implementação de uma política pública de proteção do patrimônio cultural.

Diante disso, verifica-se que tanto a Lei de Proteção, quanto o Conselho Municipal de Patrimônio Cultural encontram-se ativos. Ademais, o município participa regularmente do ICMS Patrimônio Cultural e conta com o Fundo Municipal do Patrimônio Cultural, instituído pela Lei nº 1.709/2008, importante recurso disponível para a ação cultural no município.

Em 2014, o Fundo representou a maior dotação orçamentária destinada à cultura, embora somente 20% tenham sido liquidados com Manutenção e Preservação do Patrimônio

Histórico, Artístico e Cultural e Subvenção à Associação Amigos de Rio Casca – ARCA. Em 2015, os gastos do Fundo Municipal do Patrimônio Cultural também foram majoritariamente destinados à despesas com Eventos de Entretenimento, Cultura e Lazer e Manutenção do Carnaval Popular.

Para o exercício 2017, o município obteve crescimento da pontuação do ICMS, alcançando 10,4 pontos, acima da média dos municípios de Minas, que é de 7,83. Porém, tal valor está ainda muito abaixo da maior pontuação do estado, que é de 58,50 (município de Mariana).

Os bens tombados em Rio Casca são:

- Prédio da Antiga Estação Ferroviária: local onde funciona o Museu da Associação Amigos de Rio Casca – ARCA, a Secretaria de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer e a sede administrativa do Circuito Turístico Montanhas e Fé;
- Praça Dr. João Camillo Mayrinck: tombada em 03 de abril de 2002, é conhecida como Praça da Estação;
- Conjunto Paisagístico entre as ruas Benjamim Vieira Coelho, Doutor João Pinheiro e Aristóteles: tombado em 10 de abril de 2006;
- Acervo de edições dos jornais “O Rio Casca” e “Jornal do Povo”: ambos os acervos pertencem à ARCA e foram tomabados por meio do Decreto 104/2014;
- Acervo da Farmácia Pinto Coelho: tombado em 03 de abril de 2002.

Rio Casca possui Plano de Inventário, cujas etapas são cumpridas anualmente conforme determinações e cronograma aprovados pelo IEPHA.

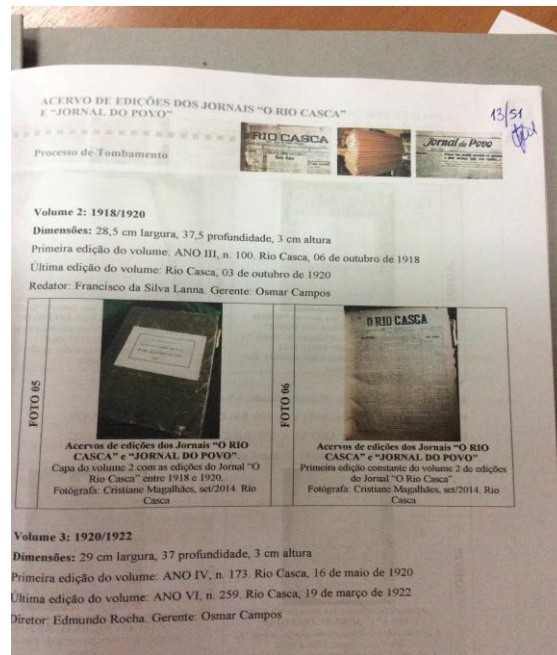


Figura 20 Documentação de Rio Casca entregue ao ICMS Patrimônio Cultural, exercício 2017

Fonte: IEPHA, 2016

3.2.2.6 Educação Patrimonial

Representantes da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer participaram da 5ª Rodada do ICMS Cultural, promovida pelo IEPHA em Viçosa, no ano de 2015. O XI Festival da Canção de Rio Casca fez parte da Jornada Mineira do Patrimônio Cultural.

O município desenvolve o projeto de educação patrimonial EDUCAR na rede municipal de ensino, em conformidade com as orientações da Deliberação Normativa do CONEP 02/2012, cujo objetivo é favorecer o conhecimento do patrimônio cultural da cidade conscientizando os alunos quanto à cidadania, à identidade cultural e à memória. A metodologia proposta pelo IEPHA consiste no desenvolvimento de aulas, palestras, debates, pesquisas, entrevistas, redações, maquete, visita guiada ao bem cultural escolhido e feira cultural.

Em 2015, o projeto foi desenvolvido nas escolas municipais Itagiba Martins Chaves e Senador Cupertino, que exploraram os bens culturais Praça Dr. João Camillo, conhecida como Praça da Estação, e a Estação Ferroviária.

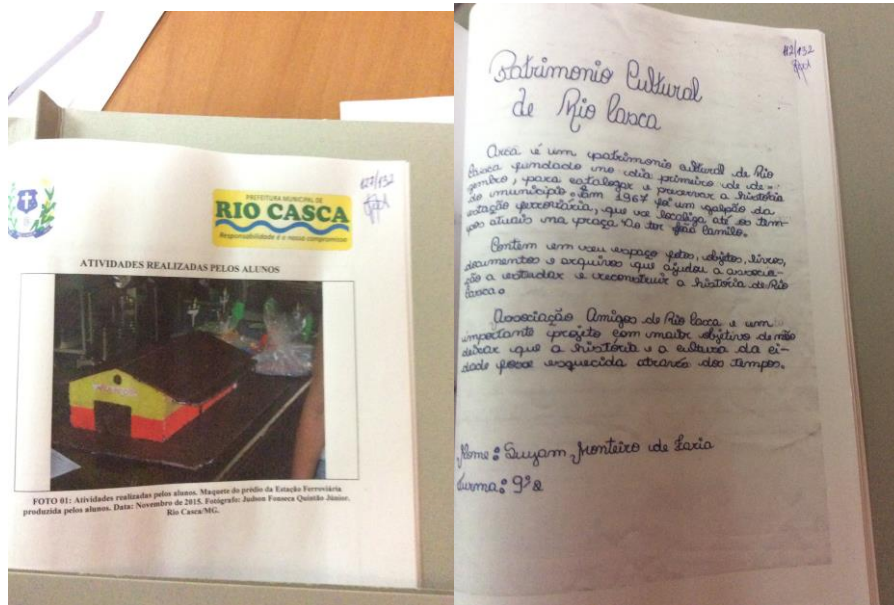


Figura 21 Documentação de Rio Casca entregue ao ICMS Patrimônio Cultural, exercício 2017.

Fonte: IEPHA, 2016

3.2.3 Esporte e Lazer

3.2.3.1 Desenvolvimento Institucional

No Brasil, o esporte passou a ser foco da administração pública na década de 1940, tendo como impulsionador o conjunto de manuais instituídos pelo exército. Já em 1941, por meio do Decreto Lei nº 199, a organização do esporte profissional foi atribuída ao Conselho Nacional do Desporto – CND, passando, somente em 2003, para a tutela do Ministério do Esporte (NOLASCO et al, 2005).

No ano de 2015, o Senado Federal abrigou comissão de juristas com o objetivo de elaborar legislação geral para o desporto no país, de modo a sistematizar e atualizar normas já existentes. Ainda em 2015, constituiu-se a Subcomissão Especial do Plano Nacional do Desporto para a regulamentação das políticas nacionais do setor.

O Ministério do Esporte é responsável pela formulação da Política Nacional de Esporte, direcionando atividades, programas e ações nas três esferas: municípios, estados e União. Além de desenvolver o esporte de alto rendimento, o Ministério trabalha ações de inclusão social por meio do esporte, garantindo à população brasileira o acesso gratuito à prática esportiva, qualidade de vida e desenvolvimento humano (BRASIL, 2016). Assim, para a construção da Política Nacional do Esporte foi utilizado, como principal ferramenta, o Plano de Desenvolvimento do Esporte, de 1999.

Já a Secretaria de Estado de Esportes é órgão estadual pertencente ao governo de Minas Gerais. Sua missão é “propor e coordenar políticas públicas efetivas voltadas à promoção do esporte e da atividade física, promovendo integração social e qualidade de vida” (MINAS GERAIS, 2016). Os programas desenvolvidos pelo órgão visam a estimular o esporte mineiro e a prática de atividades físicas e de lazer, de modo a contribuir para a qualidade de vida da população, o desenvolvimento de hábitos saudáveis e o fortalecimento da imagem de Minas no cenário esportivo (MINAS GERAIS, 2016).

No nível municipal, por sua vez, observa-se que o setor deve ser orientado com base nas seguintes prioridades: elaborar Política Municipal de Esporte e Plano Municipal de Esporte; desenvolver atividades esportivas no âmbito da educação municipal, tendo como base a concepção da formação cidadã e eventual inserção profissional em práticas esportivas; dotação orçamentária específica; promoção de eventos e projetos esportivos; elaboração de legislação voltada para políticas públicas ligadas às práticas esportivas, seus espaços e equipamentos; e refletir na política pública a inclusividade no esporte (TUBINO, 2001). Ademais, um modelo participativo de gestão municipal demanda, ao menos, a existência de órgão executivo, mecanismos de participação e de controle social, bem como fundo setorial. É nesse contexto que se apresenta, a seguir, informações sobre a política esportiva e de lazer desenvolvida no município de Rio Casca, considerando os seguintes elementos: estrutura de gestão; mecanismo de participação social; financiamento e fomento; programas, projetos e práticas; espaços/equipamentos esporte e lazer.

3.2.3.1.1 Estrutura de Gestão

A gestão da política de esporte e lazer em Rio Casca é atribuição da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Patrimônio Histórico, Esporte e Lazer.

Embora a Política Nacional do Esporte assinale que é papel do município “criar uma legislação que favoreça o desenvolvimento esportivo do município com a adesão, inclusive, da iniciativa privada”, a prefeitura de Rio Casca não implementou Plano Municipal de Esporte e Lazer.

Durante o levantamento de dados realizado em campo, o gestor público entrevistado informou que o município possui sistema de informações e indicadores especialmente desenvolvidos para gerenciar a política de esporte e lazer local.

3.2.3.1.2 Mecanismos de Participação

Em pesquisa realizada no sítio eletrônico da Secretaria de Estado de Esportes, constatou-se a existência de Conselho Municipal de Esporte em Rio Casca, instituído pela Lei nº 1.750, de 3 de dezembro de 2010. Segundo o entrevistado, o Conselho é deliberativo, de representação paritária e encontra-se ativo.

3.2.3.1.3 Financiamento e Fomento

De acordo com o representante municipal entrevistado, Rio Casca dispõe de dotação orçamentária destinada ao esporte e lazer, que equivale a 1,44% do orçamento total da prefeitura. O entrevistado declarou que a prefeitura utiliza recursos próprios e recursos obtidos em parceria com o governo estadual para promover, fomentar e apoiar iniciativas desses setores.

Informou-se, ainda, que o município possui Fundo Municipal de Esporte, embora não se tenha obtido informações acerca da lei de instituição do mesmo. Todavia, Rio Casca não possui legislação municipal de incentivo ao esporte e/ou lazer, conforme relatou o entrevistado.

O indicador “Esforço Orçamentário em Esporte e Lazer²⁰”, integrante do Índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS “Esporte e Lazer”, em 2013, apontou que os gastos orçamentários de Rio Casca nas subfunções Desporto de Rendimento, Desporto Comunitário e Lazer representaram 0,3% do total do orçamento municipal. Em 2009, esse percentual era de 0,9% (FJP, 2013), apresentando supressão de 0,6% no gasto orçamentário no período de 2009 a 2013.

3.2.3.1.4 Programas, Projetos e Práticas

Em levantamento de dados realizado na Secretaria de Estado de Esportes, obteve-se a informação de que Rio Casca não tem participação em programas e projetos desenvolvidos pelo governo estadual.

Já o levantamento realizado em campo possibilitou informar que as principais atividades e eventos esportivos e/ou de lazer realizados no município são: Campeonato Municipal de Futebol de Campo e de Futsal, Olimpíadas Estudantis, Escola de dança no CRAS e karatê.

A observação do indicador “Participação em Programas Governamentais de Esporte²¹”, integrante do Índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS “Esporte e Lazer” possibilita

20 O indicador “Esforço Orçamentário em Esporte e Lazer” mostra a participação percentual dos gastos orçamentários dos municípios, apresentados em sua prestação de contas anuais, nas subfunções Desporto de Rendimento, Desporto Comunitário e Lazer nos gastos totais. Maior disponibilidade de recursos para ser investido em ações, programas e projetos, refletindo maior compreensão do governo municipal sobre a importância da política pública voltada para a promoção do setor, indica maior possibilidade de ampliar o desenvolvimento de práticas desportivas formais e não formais no âmbito do município. (FJP, 2013).

21 O indicador “Participação em Programas Governamentais de Esporte” mostra a participação do governo municipal na execução de ações, projetos e/ou programas, isoladamente ou em convênio e/ou parceria com outras entidades, relacionados com o desporto educacional, de participação e de rendimento, inclusive para pessoas idosas e deficientes.

A pontuação do município é dada pelo número de modalidades realizadas por atividade esportiva e pelo número de atletas participantes em cada programa/projeto. Os valores encontrados são convertidos em índices que variam de 0 a 1, representando, respectivamente, a pior e a melhor situação. Ou seja, quanto mais próximo de 1, maior é o número de

notar que “Rio Casca, com um índice de 61 em 2012, situava-se entre os 379 municípios mineiros que implementaram ações voltadas para o desenvolvimento do esporte e lazer” (FJP, 2013).

Além disso, a análise do Relatório dos Indicadores Definitivos do ICMS Solidário – Critério Esportes (Artigo 8º, §3º, Inciso I da Lei 18.030/2009), ano base 2015, possibilita notar que Rio Casca obteve 84 pontos, conferindo-lhe a posição 176º no ranking. Sendo assim, o percentual financeiro que será destinado ao município será 0,066% do ICMS total arrecadado (MINAS GERAIS, 2016).

O ICMS Esportivo é um programa do governo de Minas Gerais que tem como objetivo fomentar: a realização de programas/projetos esportivos; a organização da política esportiva dos municípios; e a participação popular, por meio dos Conselhos Municipais de Esporte. Assim, para participar do ICMS Esportivo, a cada ano, os municípios devem comprovar a atividade regular do seu Conselho e a realização de programas/projetos no ano base, ano civil imediatamente anterior ao do cálculo da pontuação no ICMS Esportivo (MINAS GERAIS, 2016).

3.2.3.2 Espaços/Equipamentos Esporte e Lazer

O município possui cinco espaços ou equipamentos de lazer e entretenimento que se constituem em ponto de encontro da comunidade em atividades de esporte, recreação, lazer, eventos, apresentações artísticas, notadamente de bandas e peças teatrais. São eles:

- Praça José Ribeiro da Costa;
- Quadra Poliesportiva do Bairro Santa Efigênia.
- Ginásio Poliesportivo do Bairro Bela Vista;
- Praça Dr. João Camilo Teixeira Fontes;
- Praça Furriel Ângelo Vieira de Souza.

atividades esportivas oferecidas e maior o número de atletas atendidos no município, o que contribui para fortalecer o esporte e lazer em Minas Gerais (FJP, 2013).

Praça José Ribeiro da Costa



Quadra Poliesportiva do Bairro Santa Efigênia



Ginásio Poliesportivo do Bairro Bela Vista



Praça Dr. João Camilo Teixeira Fontes



Praça Furriel Ângelo Vieira de Souza



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A Praça José Ribeiro da Costa possui ampla esplanada pavimentada, iluminada e equipada com bancos de madeira, lixeiras, canteiros gramados e recantos arborizados de conformação propícia ao encontro e ao diálogo social. Crianças menores de 7 anos podem andar de bicicleta, skate e jogar bola.

A Praça Dr. João Camilo Teixeira Fontes tem circulação pavimentada que integra o entorno entre canteiros floridos e arborizados. É bem iluminada e conservada, equipada com bancos, lixeiras seletivas e academia ao ar livre. Já a Praça Furriel Ângelo Viera de Souza é pavimentada, estruturada em linhas modernas com canteiros de flores e árvores ornamentais, além de bancos e iluminação.

Tal como apresentado no diagnóstico do município produzido pelos especialistas do setor turismo, durante o trabalho de campo realizado em Rio Casca não foi possível identificar e inventariar atrativos que possuam elementos naturais e que possam ser utilizados para fins esportivos e/ou de lazer.

3.3 Diagnóstico de comunidades rurais próximas ao Rio Doce

O levantamento de campo identificou duas comunidades rurais próximas ao rio Doce no município de Rio Casca, cuja localização é representada pela figura a seguir.



Figura 22 Mapa de comunidades rurais próximas ao rio Doce em Rio Casca

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016.

3.3.1.1 Córrego Preto

A comunidade Córrego Preto está localizada a 600 metros da calha do rio Doce. O acesso se dá por uma estrada de terra, que encontra-se em boas condições.

De modo geral, os moradores da comunidade são aposentados. Segundo o entrevistado, as praias fluviais são utilizadas para pesca de subsistência e recreação, bem como para práticas culturais como banho, nado e lavagem de roupa. O entrevistado relatou também que amigos e familiares frequentam a localidade nos fins de semana para integrarem as atividades de lazer.

3.3.1.2 Rochedo

A comunidade Rochedo pertence ao município de Rio Casca, sendo predominantemente composta por aposentados. Localizada a 500 metros da margem do rio Doce, seu acesso se dá por uma estrada de terra, que, por sua vez, encontra-se em condições de conservação medianas.



Figura 23 rio Doce na altura da comunidade Rochedo

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Tal como outras comunidades ribeirinhas da região, Rochedo possui estreita relação com o rio Doce, permeada por atividades de subsistência, notadamente para a irrigação das plantações de milho e por atividades de lazer. Segundo o entrevistado, a prática de pesca e nado são recorrentes, sendo o rio um atrativo para as visitas de parentes de moradores da comunidade.

3.4 Clipping de Notícias

O *clipping* de notícias foi realizado no principal sítio de busca da *internet*, o *google*²², a partir de taxonomias definidas com palavras-chave associadas ao evento e por ordem de relevância²³. As taxonomias utilizadas foram: I) Rio Casca E barragem OU barragens OU Samarco OU BHP OU mineradora Vale OU rio Doce OU mineração; II) Rio Casca E barragem.

A Tabela 15 apresenta a compilação das informações presentes nesta pesquisa.

Tabela 15 Clipping de notícias do município de Rio Casca

Título	Data de publicação	Veículo	Link de acesso	Abrangência	Impacto
Sistema Estadual de Meio Ambiente trabalha na região afetada	12/11/2015	Agência Minas Gerais	goo.gl/GqfizL	Nacional	Negativo

²² goo.gl/46bXSx

²³ O período de realização do clipping está compreendido entre a data do rompimento da barragem, 05/11/2015, e 30/11/2016.

Abaixo o crime premeditado e continuado da Vale/BHP/Samarco	09/11/2016	Liga Operaria	goo.gl/HJOj6R	Nacional	Negativo
CBH-Doce reúne prefeitos de municípios atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão	19/05/2016	IBIO AGD Doce	goo.gl/3P00em	Regional	Neutro
#NãoEsqueçaMariana - Um ano do rompimento da barragem de Fundão	26/10/2016	Ministério Público de MG	goo.gl/2vWvbv	Regional	Negativo
Pescadores acusam Samarco de não pagar valor previsto em acordo com MP	25/01/2016	Estadão	goo.gl/SwQ44Y	Nacional	Negativo
Expedição registra impactos no rio Doce 10 meses após rompimento de barragem	11/09/2016	Hoje em dia	goo.gl/RVKUSH	Regional	Negativo

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

A notícia intitulada “Sistema Estadual de Meio Ambiente trabalha na região afetada” foi publicada em um sítio ligado ao governo do estado de Minas Gerais e informa sobre ações do Sistema Estadual de Meio Ambiente (composto pelos principais órgãos estaduais do meio ambiente). O destaque são as chamadas ações prioritárias, sendo elas a análise das águas

e os embargos. Desse modo, após o Evento, foram feitas coletas e análise das águas do rio do Doce em diferentes localidades banhadas pelo rio, entre elas o município de Rio Casca.

De acordo com a notícia, a parte do rio Doce que banha o município já havia sido atingida pelos rejeitos, tendo sido detectadas alterações a partir dos parâmetros monitorados, como turbidez na água, que pode reduzir a penetração da luz e prejudicar a vida aquática. Além disso, foi destacado o embargo das atividades da empresa Samarco e a reparação como condição da retomada de suas atividades.

A matéria associada ao município, de 09/11/2016²⁴, foi publicada no sítio Liga Operária²⁵ com o título “Abaixo o crime premeditado e continuado da Vale/BHP/Samarco”. A matéria afirma não ter havido punição para as empresas Vale, BHP e Samarco, consideradas responsáveis pelo rompimento da barragem de Fundão, que teria sido um “crime premeditado”. Entre as consequências descritas se encontra a presença de rejeitos tóxicos nos rios Gualaxo do Norte, Carmo e Doce. Os distritos Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira são apontados como alguns daqueles acometidos pelo “soterramento”. Já uma série de outras localidades é listada, a fim de demonstrar que, cerca de um ano após o ocorrido, os impactos não foram mitigados. Entre essas localidades, encontra-se Rio Casca. O sítio no qual a matéria foi publicada consubstancia o seu teor crítico, uma vez que se trata de uma dissidência do movimento sindical surgida nos anos 1990. Esta se coloca contra a busca do empresariado pelo lucro e como defensora dos interesses dos trabalhadores e do povo, em geral.

No sítio do Instituto Bioatlântica, entidade ligada ao Comitê da Bacia do Rio Doce, foi publicada uma notícia sobre a reunião entre representantes do Comitês que compõe a Bacia do Rio Doce e gestores de 39 municípios que foram atingidos pelo Evento. De acordo com a notícia, o intuito do encontro foi a apresentação de questões relacionadas ao Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), assinado pela Samarco.

²⁴ goo.gl/aE16fm

²⁵ goo.gl/oFV2IU

O sítio do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), instituição que tem sido bastante atuante na fiscalização e operado como importante grupo de pressão desde o ocorrido, enfatiza ao longo da reportagem que este foi “o maior desastre socioambiental da história do Brasil”. Ratifica, ainda, as diversas frentes em que o MP tem atuado, junto a outros órgãos, e menciona a instauração do Inquérito Civil, no dia seguinte ao evento, para apurar as causas, desdobramentos e responsáveis pelo rompimento da barragem de Fundão. A postagem elenca os principais municípios atingidos em decorrência do rompimento e, dentre eles, Rio Casca aparece listado.

A notícia publicada no sítio do jornal Estadão aponta denúncias de pescadores que não estão recebendo recursos previstos no Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), acordo firmado entre o Ministério Público e a Samarco após o Evento. Os recursos previstos aos pescadores se referem a um salário mínimo, além de 20% por dependente e uma cesta básica. Apesar disso, muitos pescadores dos municípios banhados pelo rio Doce não estão recebendo o aporte financeiro. Entre eles, o município de Rio Casca, que é citado na notícia a partir do relato da Superintendente do Ministério da Pesca e Aquicultura em Minas Gerais. O Estadão, portal de notícias na internet do jornal o Estado de São Paulo, é um dos sítios de notícias mais acessados do Brasil. Embora não tenha se aprofundado no caso específico de Rio Casca, a notícia veiculada no portal cita o nome do município, demonstrando o impacto do evento na vida dos pescadores da cidade.

A imagem a seguir se refere à nuvem de termos²⁶ resultante do texto do conjunto de matérias descritas e analisadas. Nela, pode-se observar que os termos mais presentes são “rio”, “Samarco”, “água” e “barragem” acompanhado por outros termos como “TTAC”, “Ações” “MPMG” que denota a mobilização e os desdobramentos jurídicos e da empresa diante das consequências do evento. Termos notadamente negativos, a exemplo de “dano”, “crime” e “desastre” também emergem, mas com menor frequência.

26 Ferramenta disponível no sítio goo.gl/IGroPL



Figura 24 Nuvem de termos referente ao clipping de Rio Casca

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

3.5 Textos Acadêmicos

Outro mecanismo de mensuração do impacto negativo sobre a imagem de Rio Casca é a análise da produção acadêmica. Para tanto, estabeleceu-se um recorte amostral a partir do qual foram pesquisadas menções ao município. Tal recorte se concentra na plataforma Rio Doce Vivo²⁷, um acervo digital colaborativo voltado especificamente para temas relativos ao rompimento da barragem de Fundão, em 2015.

A opção se deve à data de sua implementação, 04/11/2016, permitindo o contato com produções não só relevantes, mas recentes. Além disso, sendo a Conectas²⁸ e a Onda Política²⁹ as responsáveis pela elaboração da plataforma, presume-se a qualidade de seu

27 goo.gl/hBGDKp

28 goo.gl/BcEHVc

29 goo.gl/x1VYhC

conteúdo, uma vez que ambas são ONGs³⁰ com destacada legitimidade e alcance internacionais. No repositório, a produção científica é relacionada na Coleção Academia³¹, que conta com artigos, experimentos, relatórios e bases de dados.

Tabela 16 Síntese de citações

Município de Rio Casca		
Coleção Academia	Link de acesso	Menção
UFJF & UFMG A Tragédia do Rio Doce - a Lama, o Povo e a Água	goo.gl/sximc2	Não
POEMAS Antes fosse mais leve a carga	goo.gl/6jliL	Sim
POEMAS Desastre da Samarco/Vale/BHP no Vale do Rio Doce	goo.gl/uGkSiU	Não
POEMAS Considerações sobre o Termo de Transação e de Ajustamento	goo.gl/jTkhRX	Não
ORGANON Impactos socioambientais no Espírito Santo	goo.gl/t9TRE2	Não
POEMAS Pedras de sangue e choro maculam a vertente	goo.gl/1p3qra	Não
UFES Resultados Parciais das Análises Realizadas em Amostras	goo.gl/M7Mwqb	Não
CESÁR GARAVITO (ORG.) Human Rights in minefields	goo.gl/4oN12m	Não

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

30 Organização Não Governamental

31 Atualizada em 04/11/2016. Ver: goo.gl/LPOqWr

Na tabela acima é possível observar que o município de Rio Casca foi mencionado em somente uma das publicações do recorte. Em “PoEMAS³² / Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG) – relatório final”³³, de dezembro de 2015, são sistematizadas informações acerca do evento, a fim de discutir o papel desempenhado pela atividade mineradora no Brasil³⁴.

A publicação é fruto de parceria firmada entre pesquisadores da Universidade Federal de Juiz de Fora, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro e Universidade Estadual de Goiás³⁵. Ainda que o município tenha sido citado no relatório, verifica-se que o foi em meio a uma listagem que se refere à relação dos municípios para os quais foi decretado estado de emergência ou calamidade pública, também à época do Evento.

32 Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade.

33 PoEMAS. Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG). Mimeo. 2015.

34 Os esforços empreendidos pelo grupo de pesquisa resultaram em um livro, de mesmo nome do relatório final, lançado em 05/11/2016, um ano após o evento. Ver: goo.gl/1soM41

35 goo.gl/Ry1Shs URL



Síntese

4 Síntese - Potencialidades e Fragilidades Observadas

4.1 Turismo

No âmbito da gestão institucional, considera-se o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), o Plano Municipal de Turismo (PMT), o Fomento da atividade turística (FUMTUR) e o ICMS Turístico como os principais instrumentos para o desenvolvimento do turismo no município. Dentro desse contexto, verifica-se que o Sistema de Turismo de Rio Casca está consolidado de acordo com as diretrizes nacionais. Tal fator demonstra a preocupação afirmada com o setor, que, de acordo com o gestor público entrevistado em campo, é muito importante para o município. Para ele, a atividade turística é capaz de gerar empregos e renda. Ademais, destaca-se que a gestão pública de Rio Casca considera importante o diálogo com a sociedade civil, fazendo com que as decisões relacionadas ao setor sejam participativas, a partir do COMTUR e do FUMTUR.

Verificou-se que o município contratou um consultor para elaborar estudo sobre os atrativos naturais locais. No entanto, à época das pesquisas de campo, o produto deste estudo ainda não havia sido entregue à prefeitura. As potencialidades do município apresentadas no Diagnóstico são os hotéis, o hotel fazenda, as festas e o artesanato local.

Além disso, ressalta-se que a característica marcante do turismo em Rio Casca são os segmentos de turismo religioso e lazer. O tipo de ação capaz de promover o desenvolvimento turístico no município é a exploração do artesanato local, o folclore e a culinária, considerados pontos fortes para o fomento deste setor. A oferta de infraestrutura de equipamentos e receptivo (hotéis, restaurantes, bancos) é boa e suficiente, existindo possibilidade de maior utilização de seus atrativos por parte dos visitantes, a depender de poucos ajustes de infraestrutura para isso, como o acesso aos atrativos.

Já as principais fragilidades diagnosticadas são a inexistência de relação de parceria entre o poder público e a iniciativa privada, a falta de investimentos no setor e a baixa sensibilização da população local para o turismo.

4.2 Cultura

Rio Casca apresenta diversas iniciativas relevantes do ponto de vista da constituição de uma política de cultura e de patrimônio sistemática e participativa, a exemplo da criação e funcionamento dos conselhos, de cultura e patrimônio, e dos respectivos fundos dessas áreas. Entretanto, o município ainda não possui Sistema Municipal de Cultura estruturado, não elaborou seu Plano Municipal de Cultura e tampouco aderiu ao Sistema Nacional de Cultura. Foram registradas, porém, várias ações culturais em desenvolvimento, que necessitam ser integradas e estimuladas para garantir sua continuidade e efetividade no fortalecimento da diversidade cultural local.

Como ponto positivo pode-se também citar a elevação da pontuação do município junto ao ICMS cultural, representando maior aporte de recursos para investimento nas políticas de cultura e patrimônio em Rio Casca.

Durante o levantamento de dados em campo, os entrevistados consideram que a cultura é muito importante, pois “a cidade tem muitos artistas que precisam ser valorizados”. Foi apontado como potencial local o tradicional Festival da Canção e o aniversário da cidade, eventos que atraem número significativo de visitantes.

Além de importantes equipamentos culturais, o município conta com a participação ativa da Associação de Amigos de Rio Casca.

Por fim, é fundamental destacar a necessidade de se realizar a adesão ao Sistema Nacional de Cultura e a implantação do Sistema Municipal, com todos os seus componentes, de forma a incrementar e fortalecer a ação cultural local, garantindo a democratização da cultura para a população rio-casquense.

4.3 Esporte e Lazer

Rio Casca apresenta frágil estrutura institucional voltada para o esporte e o lazer. Conforme salientado no Diagnóstico, o órgão incumbido de gerir a política dos referidos setores acumula entre as suas funções a gestão de outras políticas setoriais.

Durante o levantamento de dados em campo, o representante municipal entrevistado informou haver dotação orçamentária específica destinada à promoção, fomento e apoio ao esporte e ao lazer. Tal dotação corresponde, em média, a 1,44% do orçamento total da prefeitura, tendo sido mencionada, ainda, a existência do Fundo Municipal de Esportes. Entretanto, não foi possível levantar informações acerca do funcionamento e atividades desta estrutura.

Já a inexistência de Plano Municipal de Esportes, bem como de qualquer legislação que apoie e incentive uma política esportiva e de lazer municipal, reforçam a assertiva acerca da fragilidade na gestão da política de esporte e lazer local.

Quanto à adesão deste município em ações promovidas pela Secretaria de Estado de Esportes, foi registrado que Rio Casca tem participação no ICMS Solidário – Critério Esportivo. A participação neste programa foi viabilizada, principalmente, pelo fato do Conselho Municipal de Esportes e Lazer encontrar-se ativo, o que lhe proporcionou, conseqüentemente, melhoria na arrecadação financeira municipal.

O representante municipal entrevistado reconhece que o esporte é muito importante para o município, uma vez que é capaz de ocupar o tempo ocioso dos jovens. Ele não mencionou, contudo, as maiores potencialidades de desenvolvimento do esporte observadas no município. Todavia, a falta de recursos financeiros foi citada como a principal fragilidade para o desenvolvimento do esporte local.

O entrevistado também afirmou que o lazer é muito importante para o desenvolvimento social e econômico de Rio Casca, pois confere auxílio na renovação de energias e na saúde psicológica dos cidadãos. Ele ressalta que as festas e os atrativos culturais são as potencialidades observadas no município para o setor. Entretanto, mais uma vez, a falta de recursos financeiros é mencionada como a principal fragilidade observada para o desenvolvimento do lazer local.

Ainda de acordo com o entrevistado, a ação prioritária que pode ser desenvolvida no município para o desenvolvimento do esporte e do lazer é:

- Reforma das quadras poliesportivas.

Além disso, a partir do Diagnóstico, foi possível observar que a estruturação institucional do município para o planejamento e a gestão participativa da política de esporte e lazer, a qualificação profissional dos agentes públicos e a ampliação dos investimentos em programas que abordem atividades diversificadas são medidas necessárias à elevação da qualidade de vida da população.



Avaliação de impactos

5 Avaliação de Impactos

5.1 Metodologia

Embora se baseie nos princípios e normativas estabelecidos para processos de avaliação de impactos para a realização da Avaliação de Impactos procedida no âmbito deste estudo, optou-se pela criação de procedimentos específicos, adequados à identificação e cotejamento de diversos aspectos relacionados às dimensões do turismo, cultura, esporte e lazer, impactados pelo Evento nos 32 municípios e em localidades e/ou segmentos populacionais neles existentes.

Em síntese, o processo de AIA ora proposto possui as seguintes etapas:

- Identificação dos impactos ambientais do Evento por município/localidade (preenchimento da matriz de identificação dos impactos);
- Classificação dos impactos;
- Identificação de medidas mitigadoras ou potencializadoras dos impactos (negativos e positivos, respectivamente) já tomadas e/ou em andamento pela empresa (ou Fundação Renova), proposição de novas medidas e ou readequações e reavaliação da magnitude e importância dos impactos (considerando as medidas mitigadoras ou potencializadoras);
- Descrição geral dos impactos ambientais;
- Avaliação dos impactos após a realização das medidas propostas pela equipe ou já em execução pela empresa.

O primeiro passo consistiu, portanto, na elaboração de uma listagem prévia de impactos identificados (método Listagem de Verificação ou *Check-list*), como ponto de partida para a análise e discussão interdisciplinar do rol de impactos ambientais, conforme Procedimentos empregados na Avaliação de Impacto.

Os resultados deste trabalho foram compartilhados entre todos com vistas a proporcionar maior interação entre os técnicos das diferentes áreas envolvidas no estudo, a fim de

contemplar todas as características e especificidades decorridas do Evento. As revisões realizadas na identificação destes impactos são apresentadas na Tabela 17.

Tabela 17 Lista inicial de impactos advindos do rompimento da barragem de Fundão

Componente Ambiental	Impactos identificados
Turismo	Efeito Negativo e repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o Evento
	Impacto direto sobre atrativos turísticos
	Impactos diretos sobre equipamentos e estruturas de turismo
	Impacto econômico no setor turístico
	Impacto no Fluxo Turístico para o Município
	Impacto ambiental e na paisagem
	Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água e imediações, tais como na pesca esportiva
Cultura	Perda e/ou Comprometimento de bens imóveis
	Perda e/ou Comprometimento de Patrimônios Culturais Imateriais
	Perda ou comprometimento de bens móveis
	Perda ou comprometimento de locais de importância cultural
	Alteração de Costumes Culturais
	Alteração na Agenda Cultural
Esporte	Perda e/ou Comprometimento de Recursos Naturais e/ou Equipamentos Sociais voltados a Práticas Esportivas
	Alteração do Calendário Esportivo
	Alteração de atividades de entidades esportivas
	Alteração de investimento financeiro em atividades esportivas

	Alteração em Programas e Políticas Públicas ou Privadas de Incentivo ao Esporte
Lazer	Perda e/ou Comprometimento de Espaços de Sociabilização
	Alteração do Cotidiano Comunitário

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A etapa seguinte é a denominada Classificação dos Impactos, que consiste na categorização de cada impacto segundo seus atributos individuais, a saber:

- Efeito: Indica a natureza do impacto analisado, se positivo ou negativo;
- Origem: Indica se o impacto está diretamente associado ao Evento ou se está relacionado indiretamente (impacto de 2ª ordem);
- Duração: Refere-se ao tempo necessário para a recomposição das condições originárias ou melhores do que as existentes antes do impacto ocorrer;
- Abrangência: Está relacionada com a área de ocorrência do impacto analisado. Também pode ser chamada de magnitude;
- Severidade: É a análise da gravidade do impacto decorrido em função do Evento. No caso deste estudo, a severidade foi mensurada de maneira específica para cada impacto de cada um dos setores analisados ou objetos do trabalho.

Essa classificação é realizada por meio do preenchimento de uma matriz de avaliação de impactos, conforme apresentada a seguir:

Tabela 18 Modelo planilha de Identificação dos impactos ambientais

Descrição dos impactos		Avaliação da magnitude e importância dos impactos, com e sem medidas mitigadoras / potencializadoras										
		Avaliação anterior à implantação de ações de mitigação							Avaliação posterior à implantação de ações de mitigação			
Setor Impactado	Impactos identificados	Descrição do Impacto	Efeito	Origem	Duração	Magnitude	Severidade	Significância	Medidas mitigadoras / potencializadoras	Magnitude	Severidade	Significância
Turismo	Repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o Evento											
	Impacto sobre atrativos turísticos											
	Impactos sobre equipamentos e estruturas de turismo											
	Impacto econômico no setor turístico											
	Impacto no Fluxo Turístico para o Município											
	Impacto ambiental e na paisagem											
	Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água e imediações, tais como na pesca esportiva											

Cultura	Impacto sobre Bens Imóveis												
	Impacto sobre Bens Culturais Imateriais												
	Impacto sobre Bens Móveis												
	Impacto sobre locais espaços e equipamentos de importância cultural												
	Alteração de Costumes Locais												
	Alteração na Agenda Cultural												
Esporte	Impacto sobre Recursos Naturais e/ou Equipamentos Sociais voltados a Práticas Esportivas												
	Alteração do Calendário Esportivo												
	Alteração de atividades de entidades esportivas												
	Alteração de investimento financeiro em atividades esportivas												
	Alteração em Programas e Políticas Públicas ou Privadas de Incentivo ao Esporte												
Lazer	Impacto sobre Espaços de Sociabilização												
	Alteração do Cotidiano Comunitário relativo ao lazer												

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A etapa seguinte consistiu na construção de um índice de ponderação para os itens (c), (d) e (e), com uma numeração que varia de 1 a 4, como forma de auxiliar o processo de dimensionamento desses impactos. Tanto a descrição de cada item da classificação quanto sua nota de ponderação são apresentados no Tópico seguinte “Definições e Conceitos”.

A atribuição de valores a estes três aspectos dos impactos poderá ser percebida por meio da análise do Gráfico Radar, utilizado como artifício para possibilitar a melhor visualização do alcance dos impactos. A ponderação é crescente do centro aos vértices do Gráfico Radar e cada vértice do triângulo indica um atributo de classificação do impacto (Cardoso, 2014).

Não há ponderações com valor zero, essa região no gráfico indica apenas o centro do triângulo e o ponto de partida para valoração das classificações do impacto analisado.

A Figura 25 apresenta o Gráfico Radar, sem ponderação, para fins de entendimento da distribuição dos valores.



Figura 25 Modelo de Gráfico de Radar

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

Para facilitar a diferenciação entre os impactos positivos e negativos, foram adotadas colorações distintas entre os gráficos, utilizando-se as cores vermelha (impactos negativos) e verde (impactos positivos), como apresentado na Figura 26, a seguir:

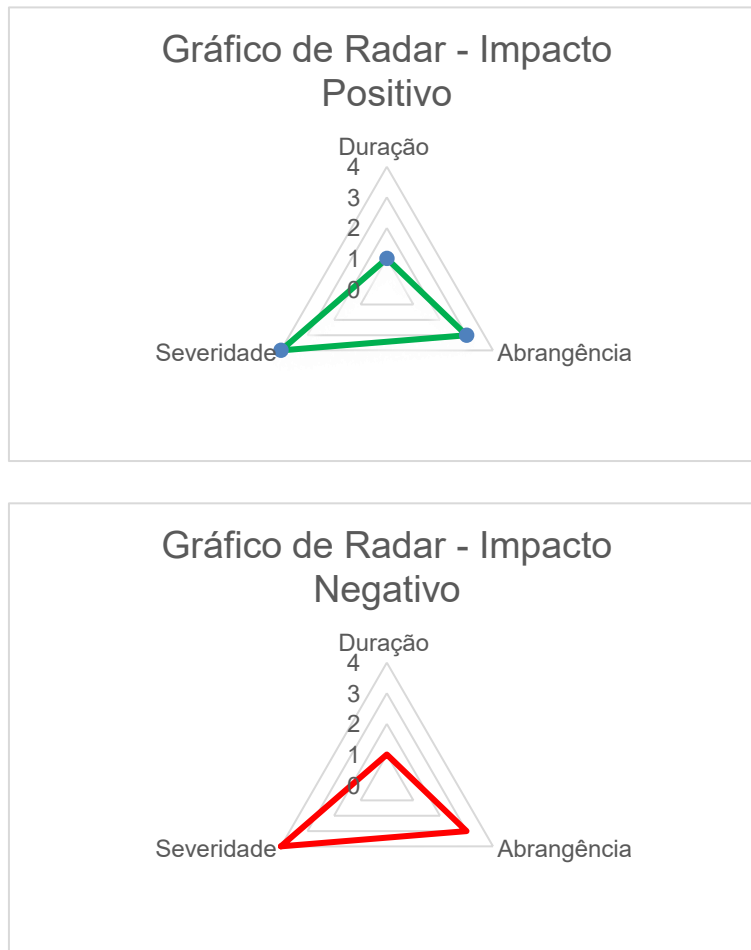


Figura 26 Exemplos de gráficos de radar de impactos positivos e negativos

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A Avaliação de Significância do impacto ambiental é a última etapa do processo de Ponderação dos Impactos e a referência mais importante do trabalho, e normalmente a que gera maiores questionamentos se for determinada de forma subjetiva, sem critérios

claros. A significância indica a relevância do impacto e do indicador ambiental e serve para determinar o foco e os pontos de atenção para os impactos mais críticos. Isso possibilita o melhor planejamento ambiental das atividades e o direcionamento das medidas de controle ambiental do empreendimento.

Neste trabalho, a significância do impacto será definida a partir do cruzamento da avaliação da magnitude e da relevância do impacto, dentro das escalas construídas, e classifica-se em pouco significativo, significativo, muito significativo e crítico. A Figura 27 exemplifica a classificação Significância dos impactos:

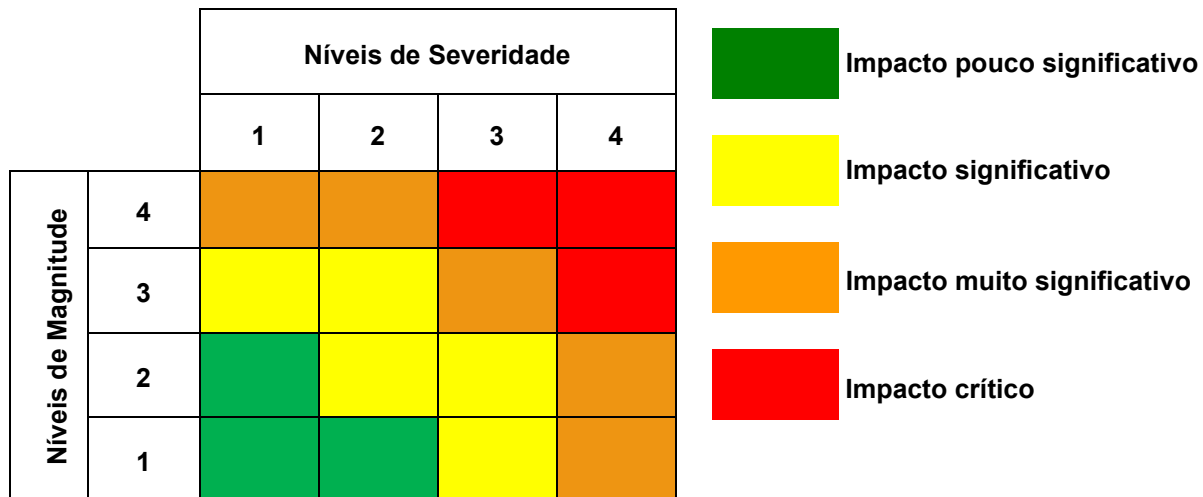


Figura 27 Classificação da Significância de Impactos

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A etapa seguinte é a avaliação das medidas de mitigação em andamento, proposição de readequações e de novas medidas e realização de uma nova avaliação, após a conclusão dessas ações.

Considerando o prazo decorrido desde o Evento é de se esperar que várias ações de recomposição, mitigação e compensação de impactos tenham sido realizadas pela empresa.

Por essa razão, as situações e cenários encontrados em campo possivelmente já correspondem às suas condições originais, seja pela ação do tempo e/ou pela implementação de ações de mitigação, minimização ou compensação do impacto. Essas ações deverão ser avaliadas e seus resultados mensurados.

Os procedimentos de levantamento de dados em campo – observações, registros fotográficos, realização de entrevistas – foram concebidos na perspectiva da identificação e comparação do impacto com e sem a realização das atividades de reparação ou compensação, a fim de subsidiar a avaliação das mesmas, bem como a apreciação daquilo que é necessário ainda ser realizado. Os aspectos propostos para nortear essa avaliação, integrantes da matriz de impacto, são os que se apresentam a seguir.

Por fim, tem-se as duas últimas etapas do processo de Avaliação de Impacto, que consistem na descrição geral dos impactos ambientais segundo os temas em estudo e na avaliação dos impactos após a realização das medidas propostas pela equipe ou já em execução pela empresa.

5.1.1 Definições e Conceitos

5.1.1.1 Efeito

- a) Impactos positivos (**IP**) são aqueles que resultam na melhoria de um ou mais indicadores ambientais (parâmetros de qualidade ambiental, processos ou funções socioambientais).
- b) Impactos negativos (**IN**) resultam em um prejuízo da qualidade de um ou mais indicadores ambientais (parâmetros de qualidade ambiental, processos ou funções socioambientais).

5.1.1.2 Origem dos Impactos

Os impactos decorrentes do Evento podem ser divididos como de origem direta e indireta.

- a) Impactos diretos (**ID**) são aqueles cujo efeito é percebido diretamente como resultado da atividade do empreendimento prevista. Também chamado de impacto de 1ª ordem;
- b) Impactos indiretos (**II**) resultam como efeito secundário da atividade do empreendimento, podendo ainda ser descritos como aqueles impactos não iniciais que fazem parte de uma cadeia de reações / impactos deflagrados a partir de uma atividade do empreendimento.

5.1.1.3 Abrangência dos Impactos (Magnitude)

As consequências do rompimento da barragem de Fundão, trouxeram impactos de diferentes naturezas, magnitudes e extensões sobre a cultura, esporte, lazer e turismo. De maneira geral, pode-se dizer, com relação à abrangência, que os impactos podem ser sentidos nos seguintes níveis:

- a) Impactos nas áreas localizadas às margens dos cursos d'água afetados (**IL**) (1) – se referem a impactos diretos sobre bens, estruturas e serviços. Este impacto pode ser tanto de ordem física (afetação direta pela lama) ou não (algum tipo de consequência direta da alteração da qualidade da água). Não é possível estabelecer uma área física de abrangência, tendo em vista que a lama afetou de maneiras bastante diferenciadas as margens dos rios;
- b) Impactos sobre comunidades (**IC**) (2) – Comunidades rurais ou sede municipais localizadas próximas aos cursos d'água que tenham sido impactadas direta ou indiretamente pelo Evento;
- c) Impactos sobre municípios (**IM**) (3) – Neste nível de abrangência são considerados os municípios em termos de unidade de planejamento e administração;
- d) Impactos regionais ou em nível nacional ou internacional (**IR**) (4) – Utilizado para aqueles impactos que ultrapassam os limites municipais, atingindo toda a região – podendo ser a região de planejamento ou circuitos turísticos em que o município, eventualmente, esteja inserido.

5.1.1.4 Duração dos Impactos

A complexidade das consequências de um Evento como o de estudo apontam para:

- a) Impactos de recomposição em curto prazo (**ICP**) (1) são aqueles passíveis de serem mitigados em até 2 anos desde a ocorrência do Evento;
 - b) Impactos a médio prazo (**IMP**) (2) são aqueles cuja mitigação ou recomposição até a situação de origem se dará em até 5 anos;
 - c) Impactos a longo prazo (**ILP**) (3) são aqueles cuja mitigação ou recomposição até a situação de origem se dará em período superior a 5 anos;
- Impactos não remediáveis (**INR**) (4) são aqueles não passíveis de recomposição ou mitigação.

5.1.1.5 Severidade dos Impactos

A severidade dos impactos foi definida de acordo com cada um dos temas estudados neste trabalho e de forma específica para o impacto identificado, como forma de se precisar ao máximo as características de tais consequências.

5.1.1.5.1 Turismo

Impacto: Repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o Evento.

- a) Baixo (1) – Inexpressivo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento no âmbito regional, nacional e internacional;
- b) Médio (2) – Pequeno grau de abundância. Com baixo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento;
- c) Médio-alto (3) – Elevado grau de produção. Com expressivo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento;
- d) Alto (4) – Abundante. Com expressivo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento.



Impacto: Impacto sobre atrativos turísticos.

- a) Baixo (1) – Baixo nível de interferência nas condições de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Sem interrupção de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- b) Médio (2) – Interferência nas condições de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Sem interrupção de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- c) Médio-alto (3) – Interferência nas condições de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Interrupção parcial de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- d) Alto (4) – Impossibilidade de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Interrupção de fornecimento de produtos essenciais para o turismo.

Impacto: Impactos sobre equipamentos e estrutura do turismo.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os serviços e equipamentos turísticos e a infraestrutura para receptivo no local ou no entorno, bem como os meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os serviços e equipamentos turísticos e a infraestrutura para receptivo no local ou no entorno, bem como os meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou parte expressiva dos serviços e equipamentos turísticos, da infraestrutura para receptivo ou dos meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os serviços e equipamentos turísticos, a infraestrutura básica para receptivo no entorno ou os meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo.

Impacto: Impacto econômico no setor do turismo.

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto sobre as questões turísticas sob o viés econômico;
- b) Médio (2) – Impacto sobre as questões turísticas sob o viés econômico;



- c) Médio-alto (3) – Elevado nível de impacto sobre as questões turísticas sob o viés econômico;
- d) Alto (4) – Alteração drástica sobre as questões turísticas sob o viés econômico.

Impacto: Impacto no fluxo turístico para a região

- a) Baixo (1) – Houve impacto inexpressivo em relação ao fluxo de visitantes;
- b) Médio (2) – Houve alteração no fluxo de visitantes;
- c) Médio-alto (3) – Elevada alteração no fluxo de visitantes;
- d) Alto (4) – Alteração drástica no fluxo de visitantes.

Impacto: Impacto ambiental e na paisagem

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva o ambiente e paisagem turística;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente o ambiente e a paisagem;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou o ambiente e paisagem;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente a paisagem.

Impacto: Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água e imediações, tais como na pesca esportiva.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações.

Impacto: Impacto sobre elementos de sinalização.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva a sinalização turística do bem;



- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente a sinalização turística do bem;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente a sinalização turística do bem;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente a sinalização turística do bem.

Impacto: Impacto sobre pessoal ligado ao turismo.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva o pessoal ligado ao turismo;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente o pessoal ligado ao turismo;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente o pessoal ligado ao turismo;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente o pessoal ligado ao turismo.

Impacto: Impacto sobre fornecedores ligados ao turismo.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva fornecedores ligados ao turismo;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente fornecedores ligados ao turismo;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente fornecedores ligados ao turismo;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente fornecedores ligados ao turismo.

Impacto: Impacto sobre a cadeia do turismo local.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva a cadeia do turismo local;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente a cadeia do turismo local;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente a cadeia do turismo local;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente a cadeia do turismo local.

Impacto: Impacto nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos.

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos;
- b) Médio (2) – Alteração parcial nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos;



- d) Alto (4) – Alteração completa nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos.

5.1.1.5.2 Cultura

Impacto: Direto ou indireto sobre bens culturais imóveis.

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto direto ou indireto sobre o bem;
- b) Médio (2) – Impacto indireto com baixo grau de degradação e/ou comprometimento do bem;
- c) Médio-alto (3) – Impacto direto, com médio grau de degradação e ou não comprometimento do bem. Ou impacto indireto associado a impactos diretos a outros bens;
- d) Alto (4) – Impacto direto com elevado grau de degradação e ou comprometimento do bem.

Impacto: Impacto direto ou indireto sobre bens culturais móveis (imagens, esculturas, pinturas, partituras, publicações, fotografias, etc).

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto direto ou indireto sobre o bem;
- b) Médio (2) – Impacto indireto com baixo grau de degradação e/ou comprometimento do bem. Ou impacto indireto associado a impactos diretos a outros bens;
- c) Médio-alto (3) – Impacto direto, com médio grau de degradação e ou não comprometimento do bem;
- d) Alto (4) – Impacto direto com elevado grau de degradação e ou comprometimento do bem.

Impacto: Impacto sobre o calendário cultural do município.

- a) Baixo (1) – Inexpressiva ou nenhuma alteração no calendário cultural;
- b) Médio (2) – Poucas alterações no calendário cultural (até 30% do previsto ou do usual);
- c) Médio-alto (3) – Expressivas alterações no calendário cultural (de 31% a 70% do usual);



- d) Alto (4) – Severas alterações (mais de 70% do usual) ou suspensão do calendário cultural de 2016.

Impacto: Impacto sobre costumes, modos de vida e tradições locais (práticas sociais).

- a) Baixo (1) – Inexpressiva ou nenhuma alteração das práticas sociais cotidianas;
- b) Médio (2) – Poucas modificações das práticas sociais cotidianas;
- c) Médio-alto (3) – Significativas modificações das práticas sociais cotidianas;
- d) Alto (4) – Modificações radicais das práticas sociais cotidianas.

Impactos: Impactos sobre espaços e equipamentos de importância cultural.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os espaços e equipamentos culturais;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os espaços e equipamentos culturais;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou grande parte dos espaços e equipamentos culturais;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os espaços e equipamentos culturais.

Impactos: Impactos sobre atividades realizadas nos cursos d'água e imediações (lavadeiras, banho, mergulho, pesca de lazer, rituais religiosos e/ou sociais e outras atividades, exceto pesca esportiva).

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto direto ou indireto sobre as atividades;
- b) Médio (2) – Impacto indireto com baixo grau de afetação ou de comprometimento das atividades. Ou impacto indireto associado a outros impactos;
- c) Médio-alto (3) – Impacto direto, com médio risco de afetação ou de comprometimento das atividades;
- d) Alto (4) – Impacto direto, com elevado risco de desaparecimento e/ou comprometimento das atividades.

Impacto: Impacto sobre investimentos privados no incentivo à cultura.

- a) Baixo (1) – Após o Evento as empresas privadas optaram por apoiar somente os projetos culturais de baixo custo que já existiam;
- b) Médio (2) – Após o Evento as empresas privadas optaram por apoiar somente projetos culturais de baixo custo financeiro;
- c) Médio-alto (3) – Após o Evento as empresas privadas optaram por apoiar somente os projetos culturais que já existiam;
- d) Alto (4) – Após o Evento as empresas privadas optaram por não apoiar projetos aprovados por leis de incentivo à cultura.

Impacto: Ocorrência de intervenções antrópicas.

- a) Baixo (1) – Pouca ou nenhuma intervenção realizada ou perspectiva de recuperação das condições de funcionamento;
- b) Médio (2) – Intervenção realizada com perspectiva de médio prazo para recuperação das condições de funcionamento;
- c) Médio-alto (3) – Intervenção realizada com perspectiva de curto prazo para recuperação das condições de funcionamento;
- d) Alto (4) – Intervenção realizada com recuperação das condições de funcionamento.

5.1.1.5.3 Esporte e Atividades de Lazer

Impacto: Perda e/ou comprometimento dos recursos naturais voltados às práticas esportivas.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local.

Impacto: Perda e/ou Comprometimento dos Equipamentos e Estruturas voltados a práticas esportivas.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os equipamentos e estruturas esportivas;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os equipamentos e estruturas esportivas;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente os equipamentos e estruturas esportivas;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os equipamentos e estruturas esportivas.

Impacto: Alteração do calendário esportivo do município (ser sede de eventos e/ou participação em outros municípios).

- a) Baixo (1) – Redução inexpressiva da realização/ser sede de eventos esportivos no município e/ou na participação em eventos fora do município;
- b) Médio (2) – Redução parcial da realização/ser sede de eventos esportivos no município e/ou na participação em eventos fora do município;
- c) Médio-alto (3) – Redução expressiva da realização/ser sede de eventos esportivos no município e/ou na participação em eventos fora do município;
- d) Alto (4) – Não é possível realizar quaisquer eventos esportivos dos que eram realizados no município e não há condições de participar de eventos esportivos que ocorrem em outros municípios.

Impacto: Alteração de atividades de entidades esportivas.

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva nas atividades de entidades esportivas com adaptação das atividades desenvolvidas;
- b) Médio (2) – Alteração parcial das atividades de entidades esportivas;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva das atividades de entidades esportivas;
- d) Alto (4) – Alteração completa das atividades de entidades esportivas.

Impacto: Alteração no investimento financeiro do setor público em programas e/ou políticas públicas voltadas para o esporte e lazer

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas, sendo necessário alterar e/ou finalizar alguns programas e/ou políticas públicas voltadas para o esporte e lazer;
- b) Médio (2) – Alteração parcial no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas, sendo necessário alterar e/ou finalizar a metade dos programas e/ou políticas públicas voltadas para o esporte e lazer;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas e/ou lazer;
- d) Alto (4) – Alteração completa no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas e/ou de lazer.

Impacto: Alteração de investimento financeiro de empresas privadas no incentivo ao Esporte

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva na captação realizada junto a empresas privadas;
- b) Médio (2) – Alteração parcial na captação realizada junto a empresas privadas;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva na captação realizada junto a empresas privadas;
- d) Alto (4) – Alteração completa na captação realizada junto a empresas privadas.

Impacto: Alteração nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte.

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte;
- b) Médio (2) – Alteração parcial nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte;
- d) Alto (4) – Alteração completa nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte.

5.1.1.5.4 Lazer

Impacto: Perda e/ou comprometimento dos espaços e/ou equipamentos de sociabilização e lazer.

- a) Baixo (1) – O Evento alterou de maneira inexpressiva os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer;
- b) Médio (2) – O Evento alterou parcialmente os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer;
- c) Médio-alto (3) – O Evento alterou expressivamente os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer;
- d) Alto (4) – O Evento alterou completamente os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer.

Impacto: Alteração do cotidiano comunitário relativo ao lazer.

- a) Baixo (1) – O Evento alterou de maneira inexpressiva o cotidiano local relativo ao lazer;
- b) Médio (2) – O Evento alterou parcialmente o cotidiano local relativo ao lazer;
- c) Médio-alto (3) – O Evento alterou expressivamente o cotidiano local relativo ao lazer;
- d) Alto (4) – O Evento alterou completamente o cotidiano local relativo ao lazer.

5.2 Resultados

A avaliação dos impactos do rompimento da barragem de rejeitos de Fundão sobre o município de Rio Casca requer que se considere a configuração do trajeto do rio Doce no território local. Nesse aspecto, observa-se que a sede municipal de Rio Casca dista aproximadamente 20 km, em linha reta, do rio Doce. Todavia, localizadas próximas à calha do rio existem 2 comunidades – Rochedo e Córrego Preto, que dada a sua proximidade, se mostram mais sensíveis aos potenciais impactos do Evento.

Considerada a configuração socioterritorial da relação do município com o rio Doce, identificaram-se 5 impactos relativos aos temas do turismo, da cultura, e do esporte e lazer em Rio Casca.

5.2.1 Impacto na Imagem do Município

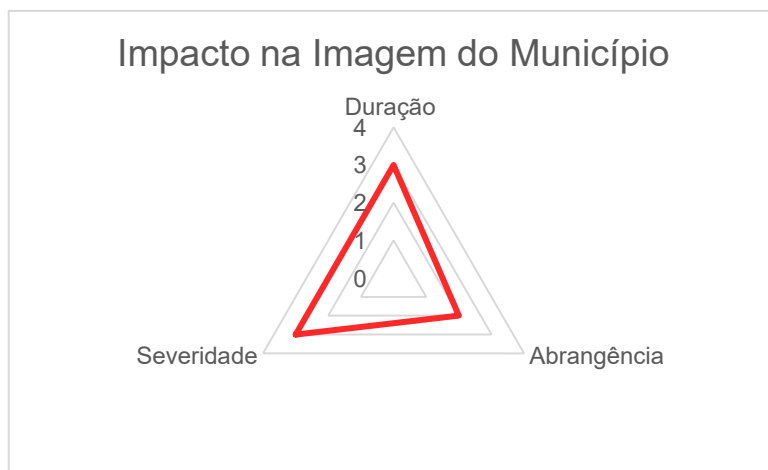
O rompimento da barragem de Fundão, em novembro de 2015, teve ampla repercussão em veículos de comunicação de alcance regional, nacional e internacional. Além das causas do Evento, seus impactos sociais, econômicos e ambientais mobilizaram e têm mobilizado a mídia e a ciência.

Nesta seção avalia-se o impacto da produção acadêmica e jornalística na imagem do município de Rio Casca. A base de tal avaliação são os resultados da pesquisa acerca das matérias jornalísticas e da produção científica acerca das causas e dos impactos do rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, conforme apresentado no item de diagnóstico.

A metodologia de avaliação de impacto sobre a imagem aqui utilizada se baseia na mensuração do efeito negativo a partir de três variáveis: severidade, abrangência e duração. A severidade se refere à expressividade do conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento. Já a abrangência está associada ao alcance dessas produções - regional, nacional ou internacional. A duração, por sua vez, trata-se do tempo potencial de repercussão.

A análise realizada tanto no tocante às matérias jornalísticas quanto da produção acadêmica, permite avaliar o impacto negativo na imagem do município de Rio Casca pode ser considerado direto em relação ao Evento, de média duração (2), de baixa severidade (1) e de abrangência municipal (3).

Gráfico 2 Impacto na imagem do município



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A partir destas características e da metodologia aplicada, este impacto é classificado como significativo (2).

5.2.2 Impactos Econômicos no Setor de Turismo

Conforme anteriormente informado, a sede municipal de Rio Casca dista, aproximadamente, 20 km, em linha reta, do rio Doce, o que de certa forma tende a diminuir a sensibilidade do município aos impactos do rompimento da barragem de Fundão.

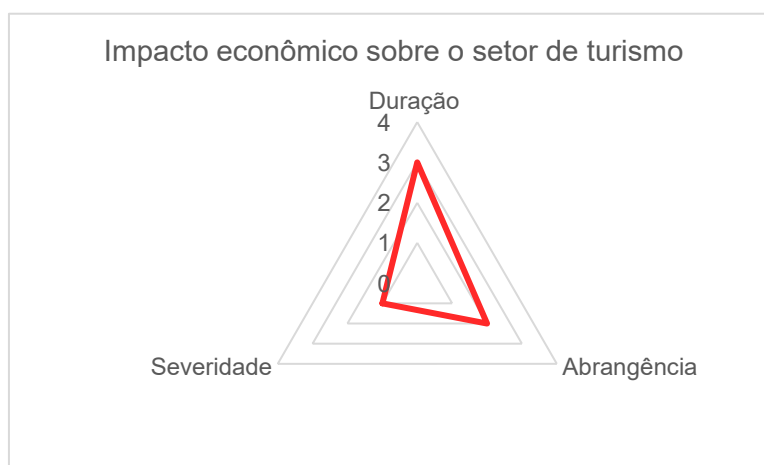
Todavia, dentre os empreendedores locais entrevistados, um taxista afirmou que, após o Evento houve diminuição da ordem de 30% no número de pescadores e ribeirinhos que visitavam a cidade a fim de fazer compras e que utilizavam seu serviço de táxi para voltar para casa.

Cabe salientar que a análise das características turísticas de qualquer município é algo bastante complexo, porque se trata de um mercado muito segmentado, cada localidade

possui características específicas e a sazonalidade influencia diretamente no resultado final.

Considerados os aspectos acima expostos, avalia-se que o impacto no setor econômico de turismo no município de Rio Casca é negativo, indiretamente decorrente do Evento, de abrangência comunitária (2) e longo prazo de duração (3). Avalia-se, todavia, que a sua severidade é baixa (1), porque teria afetado um dentre os serviços de táxi ofertados no município.

Gráfico 3 Impacto econômico sobre o setor de turismo



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Considerados os aspectos acima expostos avalia-se o impacto em tela como pouco significativo (1).

5.2.3 Impacto em Comunidades

O cotidiano comunitário relativo ao lazer normalmente está diretamente ligado aos espaços de sociabilização disponíveis em uma comunidade ou município. Nas Comunidades Córrego Preto e Rochedo foram mencionadas algumas alterações no

comportamento relativo ao lazer de parte da comunidade, em função dos impactos na calha do rio Doce, em função do Evento.

O rio Doce está próximo a estas comunidade e por isso, devido à passagem da lama, pode-se dizer que houve alteração nas atividades de lazer da comunidade local após o Evento. A Comunidade de Córrego Preto e a Comunidade de Rochedo estão localizadas à 600 e 500 metros, respectivamente, em linha reta da calha do rio Doce.



Figura 28 Localização das comunidades de Córrego Preto e Rochedo, em relação ao rio Doce

Fonte: Google Earth, 2016.

A seguir, são detalhados os impactos do Evento sobre estas comunidades.

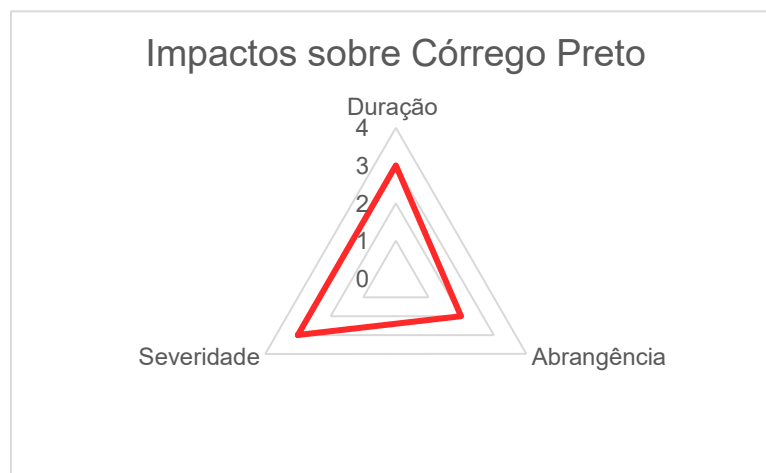
5.2.3.1 Comunidade de Córrego Preto

A Comunidade de Córrego Preto, formada predominantemente por trabalhadores aposentados, fica localizada a 600 m em linha reta da calha do rio Doce, com acesso por

estrada de terra em boas condições de tráfego. A lama do Evento soterrou as praias fluviais tradicionalmente usadas para pesca de subsistência e recreação, bem como para práticas culturais como banho, nado e lavagem de roupa. As pesquisas de campo possibilitaram obter a informação de que amigos e familiares dos moradores não têm frequentado a localidade tanto quanto frequentavam antes do Evento, o que ocasionou alteração dos costumes e tradições das famílias ribeirinhas.

Trata-se, pois, de um impacto de natureza negativa, diretamente decorrente do Evento, de abrangência comunitária (2) e longa duração (3). Por promover significativas modificações das práticas sociais cotidianas, avalia-se esse impacto como de severidade média-alta (3).

Gráfico 4 Impactos sobre Córrego Preto



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Face à abrangência e à severidade do impacto em tela avalia-se o mesmo como muito significativo (3).

5.2.3.2 Comunidade de Rochedo

A Comunidade de Rochedo se localiza a aproximadamente 500 metros da calha do rio Doce e se caracteriza por ser formada predominantemente por trabalhadores aposentados. Nas pesquisas de campo obteve-se a informação sobre a existência da prática de agricultura de subsistência. A comunidade pode ser acessada por meio de estrada de terra, a qual se encontrava em razoáveis condições de conservação à época da realização das pesquisas de campo.

O rio Doce e suas imediações são para a comunidade de Rochedo lugar de plantio e de pesca de subsistência, de lavar roupa, de práticas de lazer, tais como o nado e a pesca, bem como lugar de onde se extrai água para o abastecimento das residências.

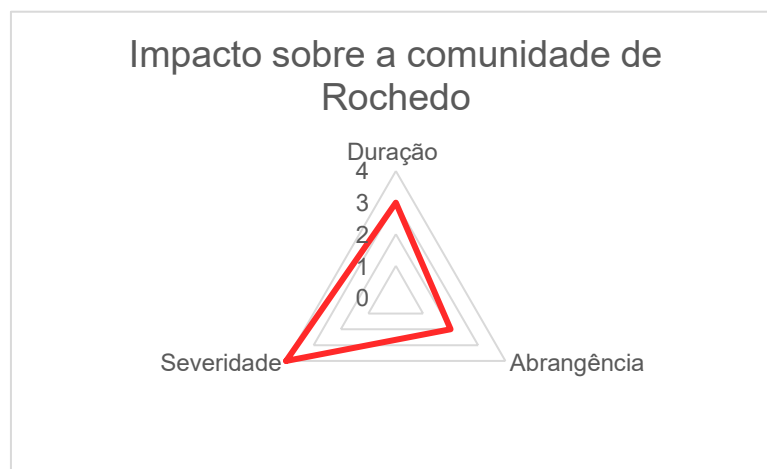
O Evento ocasionou impactos sobre as diversas atividades que permeiam a relação da comunidade com o rio Doce. Em relação aos temas objeto deste diagnóstico, houve impactos nas atividades de lazer – banho, pesca. Além da impossibilidade de uso do rio para banho, nado e lavagem de roupa, tem-se, ainda, o efeito sobre as relações com amigos, visitantes e familiares, não mais atraídos pelas propriedades e possibilidades oferecidas pelo rio Doce. Conforme relata um morador entrevistado, hoje a população "não pode mais nadar no rio, pois ele tá sujo."

O cotidiano e costumes locais também foram impactados em função dos problemas decorrentes da falta de abastecimento de água – a principal fonte de água era o rio Doce e a cisterna existente não consegue atender à demanda.

Houve, também, alteração do calendário esportivo, já que durante um período o campeonato de futebol do qual a comunidade participa ficou prejudicado devido ao bloqueio da estrada de acesso à comunidade pela lama decorrente do Evento. De acordo com o entrevistado, na comunidade de Rochedo existe um Campo de Futebol utilizado pelos moradores locais, bem como visitantes, para organizarem campeonatos de Futebol. Segundo ele, antes do Evento iam "ônibus cheios" de pessoas para jogar no campo da comunidade, o que não tem ocorrido mais.

Considerados os aspectos acima descritos, considera-se o impacto em tela como de natureza negativa, diretamente decorrente do Evento, de abrangência comunitária (2) e longa duração (3). Em razão de promover significativas modificações das práticas sociais cotidianas, avalia-se esse impacto como de severidade alta (4).

Gráfico 5 Impacto sobre a comunidade de Rochedo



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Face à abrangência e à severidade do impacto em tela, avalia-se o mesmo como muito significativo (3).

A seguir, apresenta-se tabela com a classificação dos atributos relativos aos impactos acima descritos:

Tabela 19 Planilha de Identificação dos Impactos Ambientais

Impactos identificados	Avaliação da magnitude e importância dos impactos, com e sem medidas mitigadoras / potencializadoras										
	Avaliação anterior à implantação de ações de mitigação							Avaliação posterior à implantação de ações de mitigação			
	Descrição do Impacto	Efeito	Origem	Duração	Magnitude	Severidade	Significância	Medidas mitigadoras / potencializadoras	Magnitude	Severidade	Significância
Impacto sobre a imagem do município	Notícias veiculadas em mídias digitais e televisivas regionais e nacionais	IN	ID	2	3	1	2	Recuperação da Estrutura Afetada Ações de Capacitação e Promoção do Turismo Ações de Fortalecimento Institucional para a Gestão das Políticas de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer	1	1	1
Impacto econômico sobre o setor de turismo	Alimentos e bebidas	IN	II	3	2	1	1	Ações de Capacitação e	1	1	1

								Promoção do Turismo			
Impacto em comunidades	Córrego Preto	IN	ID	3	2	3	3	Ações de Requalificação Ambiental Ações de Revitalização de atividades de esporte e lazer	1	1	1
Impacto em comunidades	Rochedo	IN	ID	3	2	4	3	Ações de Requalificação Ambiental Ações de Revitalização de atividades de esporte e lazer	1	1	1

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016



Créditos e Referências

6 Créditos e Referências

Entrevistados no município

Tabela 20 Listagem de participantes de reunião institucional em Rio Casca

Nome	Nome do setor/órgão
Francisco Salgado Neto	Secretário de Turismo, Cultura, Patrimônio Histórico, Esporte e Lazer
José Márcio Silva	Secretário de Administração
Augusto Antônio da Silva e Ambrósia Malta Rosário da Silva	Moradores da Zona rural - Corrego Preto (Fazenda Esmeralda)
Antônio Adriano Teldoro (Barrinha)	Morador da Zona rural Rochedo
Margarida Justino Teldoro	Moradora da Zona rural Rochedo

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Equipe Técnica

Tabela 21 Equipe Técnica

Equipe Participante	Formação	Função/Cargo	Vínculo
Maria Fernandes	Psicóloga	Coordenação Geral / Sócia Diretora	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Lucas Roque	Antropólogo	Coordenação técnica /Sócio Diretor	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Jaqueline Vilela Custódio	Bióloga	Gestão de Contrato	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos

Aline Santos	Administração de Empresas	Administrativo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Cláudio Letro	Sociólogo	Subcoordenação técnica	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Sylvana Pessoa	Socióloga	Coordenação técnica /Coordenação de Cultura	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Juca Villaschi	Arquiteto	Coordenação temática de patrimônio material e imaterial	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Ana Pacheco	Engenheira Civil	Coordenação de Campo/Subcoordenação de cultura	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Marcos Knupp	Turismólogo	Coordenação temática de turismo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Suzana Fernandes de Paula	Turismóloga	Subcoordenação temática de turismo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Lise Costa	Educadora Física	Coordenação temática de esporte	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Sidney Daniel Batista	Turismólogo	Coordenação temática de lazer	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Gabriel Alkmin	Biólogo	Coordenação temática de pesca	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Raquel Guerra	Relações Públicas	Coordenação Audiovisual	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Flávia Said	Advogada	Assessora jurídica	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Sabrina Almeida	Cientista política	Pesquisadora	Expressão Socioambiental

			Pesquisa e Projetos/UFOP
Paula Boarin	Cientista política	Pesquisadora	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Caroline Chaves	Socióloga	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Rúbia Meireles	Jornalista	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Marina Naves	Estudante de Ciências Sociais	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Tiago de Jesus Brito	Estudante de Ciências Sociais	Estagiário	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Moacir Salles	Geógrafo	Pesquisador de campo/geoprocessamento	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Maria Cecília Pedrosa	Socióloga	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Laetitia Jourdan	Antropóloga	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Victor Massini	Turismólogo	Pesquisador de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Bianca Aparecida Fonseca	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Sara Christina do Nascimento	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Shirley Maclane Nunes Brito	Técnica em turismo e lazer	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos

Bárbara Natali Soares Guimarães	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Lucas Motta	Turismólogo	Pesquisador de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Laura Esther Silva Barbosa	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Tatiane Carvalho Bispo	Administração de Empresas	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Mariene Luiza da Rocha	Arquiteta	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Maele Fernanda de Almeida	Técnica em segurança do trabalho	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Fernanda Patrícia de Oliveira Castilho Rinco	Administração de Empresas	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Douglas André Rinco	Ensino médio	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Ronilson Breder	Ensino médio	Motorista	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Verônica Gonzaga Oliveira Gomes	Estudante de Turismo	Estagiário	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Jéssica Camila Rocha de Azevedo	Estudante de Turismo	Estagiário	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Referências

ATLAS BRASIL. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.ATLASBRASIL.ORG.BR/2013/](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/). ACESSO EM: 13/01/2017.

BARBOSA, WALDEMAR DE ALMEIDA. DICIONÁRIO HISTÓRICO GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS. EDITORA ITATIAIA LIMITADA. BELO HORIZONTE; RIO DE JANEIRO: 1995.

BENI, M.C. ANÁLISE ESTRUTURAL DO TURISMO. SÃO PAULO. SENAC, 2007.

BRASIL MINISTÉRIO DA CULTURA, CADERNOS DE ORIENTAÇÃO PARA OS ESTADOS, 2012.

DISPONÍVEL EM:

[HTTP://WWW.CULTURA.GOV.BR/DOCUMENTS/10907/963783/1382041183148GUIA-DE-ORIENTA%25C3%25A7%25C3%25B5ES-PARA-OS-ESTADOS-SNC-PERGUNTAS-E-RESPOSTAS-DEZEMBRO-DE-2012.PDF/DDE2DB14-F3BB-4CC3-8812-328895390E64](http://www.cultura.gov.br/documents/10907/963783/1382041183148GUIA-DE-ORIENTA%25C3%25A7%25C3%25B5ES-PARA-OS-ESTADOS-SNC-PERGUNTAS-E-RESPOSTAS-DEZEMBRO-DE-2012.PDF/DDE2DB14-F3BB-4CC3-8812-328895390E64) ACESSO EM: 20/01/2017.

BRASIL, DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, Nº 85, QUARTA-FEIRA, 7 DE MAIO DE 2014. DISPONÍVEL EM:

[HTTP://PESQUISA.IN.GOV.BR/IMPRESA/JSP/VISUALIZA/INDEX.JSP?DATA=07/05/2014&JORNAL=3&PAGINA=19&TOTALARQUIVOS=268](http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=07/05/2014&jornal=3&pagina=19&totalarquivos=268), ACESSO EM 20/12/16.

CARDOSO, V. B. S. UTILIZANDO RECURSOS VISUAIS (GRÁFICO RADAR) COMO METODOLOGIA PARA AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS. XII SIBESA – XII SIMPÓSIO ÍTALO BRASILEIRO DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL. NATAL-RN, 2014.

CIRCUITO MONTANHAS E FÉ, DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.MONTANHASEFE.COM.BR/](http://www.montanhasefe.com.br/) ACESSO EM: 20/12/2016

DATAVIVA. DISPONÍVEL EM: [HTTP://DATAVIVA.INFO/PT/](http://dataviva.info/pt/). ACESSO EM: 13/01/2017.

FEC - FUNDO ESTADUAL DE CULTURA. SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DE MINAS GERAIS. NOVEMBRO DE 2016.

FERREIRA, JURANDYR PIRES. ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS MINEIROS. IBGE: 1957.

FJP - FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. ÍNDICE MINEIRO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL. PERFIL MUNICIPAL. RIO CASCA. [HTTP://IMRS.FJP.MG.GOV.BR](http://imrs.fjp.mg.gov.br), ACESSO EM: 10/12/2016.

FJP - FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. SITIO LEI ROBIN HOOD. DISPONÍVEL EM:

www.fjp.mg.gov.br/robin-hood/ , ACESSO EM: 15/12/2016.

FUTURA, MATRIZ DE HIERARQUIZAÇÃO DE INICIATIVAS, 2016.

IBGE, PERFIL DOS ESTADOS E DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS: CULTURA: 2014, COORDENAÇÃO DE POPULAÇÃO E INDICADORES SOCIAIS. RIO DE JANEIRO: IBGE, 2015.

IBGE, PESQUISA DE INFORMAÇÕES BÁSICAS MUNICIPAIS – MUNIC, MÓDULO CULTURA. IBGE, 2014.

IBGE. IBGE CIDADES. DISPONÍVEL EM:

[HTTP://WWW.CIDADES.IBGE.GOV.BR/XTRAS/HOME.PHP?LANG=_EN](http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php?lang=_en). ACESSO EM: 10/01/2017.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS – IEPHA. DIRETORIA DE PROMOÇÃO. LISTA DOS BENS PROTEGIDOS. EXERCÍCIO 2017.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS – IEPHA. ICMS PATRIMÔNIO CULTURAL. DOCUMENTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE RIO CASCA EXERCÍCIO 2017. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.IEPHA.MG.GOV.BR/IMAGES/STORIES/ICMS/PONTUACAO-DEFINITIVA-EXERCICIO-2017.PDF](http://www.iepha.mg.gov.br/images/stories/icms/pontuacao-definitiva-exercicio-2017.pdf). VISITADO EM 8/12/16.

MINAS GERAIS. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. PLANO ESTADUAL DE CULTURA - MINAS GERAIS. 2014. SÍLIO INSTITUCIONAL, ATUALIZADO EM 13.06.2016, ACESSO EM 28/11/2016.

MINAS GERAIS. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. DISPONÍVEL EM:

[HTTP://WWW.ALMG.GOV.BR/CONSULTE/INFO_SOBRE_MINAS/](http://www.almg.gov.br/consulte/info_sobre_minas/). ACESSO EM: 13/01/2017.

MINAS GERAIS. SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES. INSTITUCIONAL. BELO HORIZONTE, 2016. DISPONÍVEL EM: <[HTTP://ESPORTES.MG.GOV.BR/](http://esportes.mg.gov.br/)> ACESSO EM: 26/11/2016.

MINISTÉRIO DA CULTURA. GUIA DE ORIENTAÇÕES PARA OS MUNICÍPIOS: PERGUNTAS E RESPOSTAS. DEZEMBRO DE 2012, DISPONÍVEL EM

[HTTP://BLOGS.CULTURA.GOV.BR/SNC/FILES/2011/01/CARTILHA-SNC.PDF](http://blogs.cultura.gov.br/snc/files/2011/01/cartilha-snc.pdf)

MINISTÉRIO DO TURISMO. INTRODUÇÃO À REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO. BRASÍLIA, 2007.

NOLASCO VP, BITENCOURT V, PAOLI PB, GOMES E, CASTRO M. ADMINISTRAÇÃO/GESTÃO ESPORTIVA. IN: DACOSTA LP (ORG.) ATLAS DO ESPORTE NO BRASIL: ATLAS DO ESPORTE, EDUCAÇÃO FÍSICA E ATIVIDADES FÍSICAS DE SAÚDE E LAZER NO BRASIL. RIO DE JANEIRO: SHAPE, 2005.

OMT – CÓDIGO MUNDIAL DE ÉTICA DO TURISMO. DISPONÍVEL EM:

http://ethics.unwto.org/sites/all/files/docpdf/brazil_0.pdf . ACESSO EM: 20/12/2016.

OMT – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. DISPONÍVEL EM: <http://www2.unwto.org/>. ACESSO EM: 20/12/2016.

PRÁXIS PROJETO E CONSULTORIA. DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO - MUNICÍPIO DE RIO CASCA, 2016.

RIO CASCA, SÍTIO ELETRÔNICO DA PREFEITURA: ENDEREÇO: [HTTP://RIOCASCA.MG.GOV.BR/](http://riocasca.mg.gov.br/)
ACESSO EM: 10/01/2017.

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE. DISPONIBILIZADO NO SÍTIO ELETRÔNICO DA SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES DE MINAS GERAIS, (MINAS GERAIS, 2016). ACESSO EM: 25/10/2016

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. CIRCUITOS TURÍSTICOS DE MINAS GERAIS: INFORMAÇÕES ADMINISTRATIVAS. BELO HORIZONTE, 2009. DISPONÍVEL EM: < [HTTP://WWW.TURISMO.MG.GOV.BR/CIRCUITOS-TURISTICOS/INFORMACOES-ADMINISTRATIVAS](http://www.turismo.mg.gov.br/circuitos-turisticos/informacoes-administrativas) >. ACESSO EM: 23/11/2016.

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. ICMS TURÍSTICO. 2016.

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL DO TURISMO EM MINAS GERAIS. 2014.

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. PESQUISA DE DEMANDA TURÍSTICA. 2014.

SIDRA. DISPONÍVEL EM:

[HTTP://WWW2.SIDRA.IBGE.GOV.BR/BDA/TABELA/LISTABL.ASP?C=2031&Z=CD&O=17](http://www2.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=2031&z=cd&o=17). ACESSO EM: 13/01/2017.

SUPERINTENDÊNCIA DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. CADASTRO DE BIBLIOTECAS. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DE MINAS GERAIS, 2016.

SUPERINTENDÊNCIA DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS E SUPLEMENTO LITERÁRIO. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DE MINAS GERAIS. NOVEMBRO 2016.

SUPERINTENDÊNCIA DE INTERIORIZAÇÃO E AÇÃO CULTURAL. PROGRAMA DE BANDAS.

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DE MINAS GERAIS, 2016.

TCE PORTAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - FISCALIZANDO COM O
TCE MINAS TRANSPARENTE, 2016. DISPONÍVEL EM:

[HTTP://FISCALIZANDOCOMTCE.TCE.MG.GOV.BR/HOME/INDEX](http://fiscalizandocomtce.tce.mg.gov.br/home/index), ACESSO EM: 10/01/2017

TUBINO, M, J, G. DIMENSÕES SOCIAIS DO ESPORTE. 2º ED. SÃO PAULO: CORTEZ, 2001.

OIRCR, BLOG SPORT. DISPONÍVEL EM: <http://oircr.blogspot.com.br/2011/11/arca-associacao-amigos-de-rio-casca.html>. ACESSO 04/02/17